

24/12/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[É hora de acordar para o descalabro no Ministério da Educação](#)

[Educação em tempo de paixões tristes](#)

[Decreto extingue 27,5 mil cargos no governo federal](#)

[Ao menos 500 alunos em Rondônia ficam sem estudar por não ter transporte](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Decreto corta cargos e veta concursos no governo federal](#)

[Tempo será](#)

[Universidades dizem ter déficit de pessoal](#)

O GLOBO - RJ

[A polarização do ódio não deve nos contaminar](#)

[Atenção integral à educação](#)

[Saúde libera R\\$ 441 milhões para municípios](#)

[DESFALQUE NAS UNIVERSIDADES](#)

Imprensa Estadual

HOJE EM DIA - MG

[LISTA DE ESTUDANTES REGULARES NO ENADE](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Governo extingue 27,6 mil cargos](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Presidente do FNDE é exonerado em mais uma baixa do Ministério da Educação](#)

AGÊNCIA FOLHA

[MEC demite presidente do FNDE sem avisar titular do cargo](#)

G1

[Presidente do FNDE é exonerado após menos de seis meses no cargo](#)

METRÓPOLES

[Presidente do FNDE é exonerado em mais uma baixa na Educação](#)

PORTAL CARTA CAPITAL

[Em 2019, estudantes foram às ruas contra a política de Bolsonaro](#)

PORTAL ÉPOCA

[Capes seleciona professores de inglês para curso nos Estados Unidos](#)

PORTAL EXAME

[Capes seleciona professores de inglês para curso nos Estados Unidos](#)

PORTAL ISTOÉ

[Capes seleciona professores de inglês para curso nos Estados Unidos](#)

R7

[Presidente do Fundo para a Educação é exonerado do MEC](#)

TERRA

[Ministério da Educação: presidente do FNDE é exonerado](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Capes seleciona professores de inglês para curso nos Estados Unidos](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Governo troca comando de órgão do MEC com orçamento de R\\$ 52 bilhões](#)

AGÊNCIA VALOR

[MEC troca presidência do FNDE pela segunda vez em menos de 5 meses](#)

BLOG DO JOSIAS DE SOUSA

[Weintraub exonera um indicado de Maia no FNDE](#)

R7

[MEC divulga calendário do Programa Universidade para Todos 2020](#)

VEJA - SP

[Ministério da Educação exonera presidente do FNDE e anuncia substituta](#)
[Inscrições para o Prouni começam dia 28 de janeiro](#)

Agências de notícias e sites

BUZZFEED

[Corte nas verbas para bolsas de estudo em 2020 chega a 21%](#)

DATAGRO

[AGRICULTURA DIGITAL PODE CONTRIBUIR PARA EXPANSÃO DA ÁREA IRRIGADA NO PAÍS, DIZ ESTUDO DA ESALQ](#)

ESPAÇO ECOLÓGICO NO AR

[Combinação inovadora de célula-tronco e impressão 3D produz minifigados para transplante](#)

MAXPRESSNET

[Capes seleciona professores de inglês para curso nos EUA](#)

SURGIU

[Capes seleciona professores de inglês para curso nos Estados Unidos](#)

METRÓPOLES

[Servidor - decreto de Bolsonaro congela 20 mil cargos do MEC](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC divulga cronograma do Prouni 2020; veja as datas](#)

Imprensa Estadual

CORREIO POPULAR – SP

[Portaria define reajuste dos parâmetros operacionais do Fundeb](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Oportunidades pelo Nordeste](#)

MEIO NORTE - PI

[Fies exigirá 400 pontos na redação](#)

Agências de notícias e sites

JE ACONTECE

[PASSO FUNDO – Doutorado profissional em Ensino de Ciências e Matemática da UPF tem inscrições abertas](#)

O DIÁRIO

[TURISMO : Turismóloga da prefeitura apresenta tese de doutorado ao secretário Estadual de Turismo](#)

PORTAL ISTOÉ

[Portaria define reajuste dos parâmetros operacionais do Fundeb](#)

TERRA

[MEC responde por 80% do aumento de gasto com pessoal na última década](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Portaria define reajuste dos parâmetros operacionais do Fundeb](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

É hora de acordar para o descalabro no Ministério da Educação

Pasta tem que ser tratada como prioridade, não playground de terraplanistas irresponsáveis

Um ano se passou. É preciso ir direto ao ponto: até quando as pessoas responsáveis deste país e aquelas com voz de comando continuarão a fechar os olhos ou a bater

palmas para o circo macabro de terraplanistas desvairados que tomou conta do Ministério da Educação?

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ranier-bragon/2019/12/e-hora-de-acordar-para-o-descalabro-no-ministerio-da-educacao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Educação em tempo de paixões tristes

Críticas a Paulo Freire são fruto de obscurantismo

Vivemos tempos de paixões tristes. Inspirado no filósofo Baruch Spinoza (1632-1677), esse é o diagnóstico, feito pelo sociólogo francês François Dubet em seu novo livro “Le temps des passions tristes - Inégalités et populisme” (“O tempo das paixões tristes - Desigualdades e populismo”, em tradução livre).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/12/educacao-em-tempo-de-paixoes-tristes.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Decreto extingue 27,5 mil cargos no governo federal

14,2 mil já estão desocupados; ninguém será demitido

Brasília

Decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro extingue 27,5 mil cargos que compõem o governo federal, informou nesta segunda-feira (23) o Ministério da Economia. A maior parte dos cortes será feita no Ministério da Saúde.

Além da extinção das posições, há ainda a proibição de abertura de concurso público para outros 20 mil cargos técnicos e administrativos no Ministério da Educação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/decreto-extingue-275-mil-cargos-obsoleteos-no-governo-federal.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Ao menos 500 alunos em Rondônia ficam sem estudar por não ter transporte

Algumas crianças já perderam dois anos letivos; governo diz que normalizará situação em 2020

Porto Velho

Enquanto muitos curtem o início das férias escolares, existe um grupo de crianças brasileiras privadas de um dos direitos mais básicos: estudar. Desde outubro de 2018, centenas de alunos ribeirinhos e da zona rural de Porto Velho estão em casa, sem ir à aula, porque não há ônibus escolar e nem voadeiras (pequenas lanchas).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/sem-aula-nem-ferias-ao-menos-500-alunos-em-rondonia-ficam-longo-das-aulas-por-nao-ter-transporte.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Decreto corta cargos e veta concursos no governo federal

Do total de cargos a serem suprimidos, 14,2 mil estão desocupados e deixam de existir imediatamente, e outros 13,3 mil serão extintos quando o servidor se aposentar; segundo o governo, o corte atinge funções obsoletas e que não devem mais ser repostas

BRASÍLIA

Decreto de Jair Bolsonaro publicado ontem extingue 27,5 mil cargos e veta a realização de concursos para 20 mil postos de 68 profissões em universidades e instituições federais de ensino. A maior parte das vagas na mira do governo já está desocupada e será suprimida imediatamente. Outros 13.384 postos só serão extintos após a aposentadoria do servidor. O Ministério da Saúde será o mais atingido, com a eliminação de 22.476 cargos.

O presidente Jair Bolsonaro extinguiu 27,5 mil cargos e vedou concursos para 68 profissões em universidades e instituições federais de ensino. Os postos extintos por decreto incluem atividades consideradas obsoletas – como datilógrafo, telefonista e linotipista –, e outras atuais, como enfermeiro, auxiliar de enfermagem e técnico em saneamento, além de motorista de órgão específico, como o Ibama.

Segundo o governo federal, nenhum servidor que ocupe essas profissões hoje será demitido. Do total de cargos que serão extintos pelo decreto de Bolsonaro, 14.227 já estão desocupados e serão suprimidos imediatamente. Outros 13.384 estão ocupados e a extinção ocorrerá quando o servidor se aposentar.

“É importante deixar claro que o servidor que ocupa um cargo ‘em extinção’ não é afetado, nada muda para a pessoa”, diz o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal, Wagner Lenhart.

O decreto veda ainda a abertura de concursos públicos e o provimento de vagas, além do previsto em editais de seleções já em andamento, para postos em instituições federais de ensino que incluem atividades como instrumentador cirúrgico, auxiliar de enfermagem, operador de câmera de cinema e TV, revisor de textos braile, técnico em música, em anatomia e em audiovisual, coreógrafo e diretor de artes cênicas, entre outros.

De acordo com o Ministério da Economia, a vedação atinge cerca de 20 mil cargos. O decreto não extingue postos, mas veda novas contratações além das previstas em concursos já em andamento.

A pasta analisou cerca de 500 mil cargos para identificar os que não são mais condizentes com a realidade da atual força de trabalho federal. “O objetivo é evitar contratações desnecessárias e o desperdício de recursos, pois estes são cargos obsoletos e em funções que não devem mais ser repostas”, diz Lenhart.

Segundo o ministério, a maior parte das atribuições dos postos que estão sendo extintos pode ser exercida por contratação terceirizada e descentralização para outros entes da federação.

Saúde. O Ministério da Saúde será o mais atingido, com 22.476 cargos eliminados.

Serão extintos 10.661 cargos de agente de saúde pública e foram eliminados 5.212 cargos de guardas de endemia.

A Economia alega que isso não terá impacto, pois trata-se de cargos de “natureza operacional no combate e controle de endemias e de cargos vagos de unidades hospitalares”, que já são de Estados e municípios.

O Executivo federal emprega 610.330 servidores na ativa, que custaram R\$ 13,3 bilhões em novembro, de acordo com dados do Ministério da Economia.

Para a economista Ana Carla Abrão, o corte deveria ser feito de forma sistemática pelo governo federal. “Na medida em que esses postos ficam vagos, vai havendo pressão para serem ocupados por parte de sindicatos e dos próprios órgãos. É importante a extinção porque você vai ajustando a máquina de acordo com as necessidades.”

Ana Carla afirma que a extinção é positiva, mas é necessário uma reforma administrativa estrutural para atacar a despesa com pessoal, uma das maiores contas do governo. “A equipe econômica está fazendo o que está dentro de suas possibilidades neste momento. Vai precisar haver um convencimento para que o presidente enfrente de frente essa situação estrutural, que é absolutamente necessária”, completa.

Para Ana Carla, o congelamento de concursos em universidades é importante, pois não atinge cargos de professores, mas atividades que podem ser terceirizadas e contratadas de acordo com os orçamentos das instituições.

“Hoje, 90% das despesas das universidades são com salário, e não necessariamente com professor. As universidades foram um grande sistema de aparelhamento nos governos petistas e estão estranguladas.”

“O objetivo é evitar contratações desnecessárias e o desperdício de recursos.” Wagner Lenhart, secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal, em nota

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Tempo será

DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL

Foi um ano difícil. Um ano de afastamentos. Na política nos afastamos do diálogo construtivo e da harmonia entre os Poderes, e vimos seguidas tentativas de afastamento do Estado Democrático de Direito.

Na economia, crescemos pouco, reduzimos pouco o desemprego e nos afastamos ainda mais do padrão de vida dos países desenvolvidos.

Na política ambiental nos afastamos das metas de emissão de carbono e criamos tensões desnecessárias e custosas para o País. Na educação nos afastamos do bom senso.

Na vida privada nos afastamos uns dos outros: pela radicalização de nossas posições políticas ou pela simples indiferença, potencializada pelos joguinhos nos smartphones.

Mas também foi um ano de avanços e aproximações.

Na política, vimos o Congresso Nacional assumir um protagonismo responsável, conduzindo reformas importantes, sobretudo da Previdência – cujas novas regras aproximam a aposentadoria de ricos e pobres, de servidores e trabalhadores do setor privado.

Na economia, aos poucos vamos consolidando um ambiente de inflação e de juros mais baixos nos aproximando de um padrão de normalidade, que o Brasil desconhecia há muito tempo. Com uma gestão fiscal responsável, também aos poucos vamos viabilizando uma recuperação cíclica do crescimento.

Foi, também, um ano de amadurecimento e convergência sobre o que precisamos fazer para construir um país melhor.

Na área tributária, em que atuo, há um crescente consenso sobre a possibilidade de implementar mudanças que tornem nossos tributos, simultaneamente, mais eficientes e mais justos, aproximando o Brasil do padrão internacional. Nada ainda foi aprovado, mas há uma perspectiva efetiva de avanços importantes em 2020, a partir da criação de uma comissão mista de deputados e senadores, que deverá dialogar com o Poder Executivo.

É este o caminho que temos de seguir. No campo das políticas públicas, apesar das divergências ideológicas, há, ao menos entre os técnicos, muito mais concordância sobre o que precisa ser feito do que podemos imaginar. Em particular, há grande concordância de que tratamentos diferenciados e privilégios – para setores ou categorias – geralmente resultam em iniquidades distributivas e menor crescimento.

Ainda há muito a ser feito, e as divergências políticas certamente não facilitam o trabalho de construção de soluções. Mas há razões para estarmos otimistas.

Apesar de todas as turbulências, há – na sociedade, na imprensa e nas instituições – um claro compromisso com os valores democráticos.

Apesar dos impactos setoriais e federativos da reforma tributária, há um grande consenso de que o sistema tributário brasileiro precisa ser reformado, e todos os Estados, por intermédio de seus secretários de Fazenda, apoiam uma reforma que contemple o fim do ICMS e sua substituição por um imposto sobre o valor adicionado com regras homogêneas e sem benefícios fiscais.

Apesar de a maioria das unidades da Federação ainda apresentar uma trajetória fiscal explosiva, vemos iniciativas consistentes de busca de

Ao menos na economia, nossos problemas parecem ser, hoje, menos ideológicos do que de boa gestão

equilíbrio fiscal em Estados com governos de esquerda, de centro e de direita.

Ao menos no campo da economia, nossos problemas, hoje, parecem ser menos ideológicos do que de boa gestão. Não são tempos fáceis, mas tampouco estamos sem perspectivas, e reclamar, certamente, não é a solução.

Para encerrar, gostaria de fechar o ano com um poema de Manuel Bandeira que, em boa medida, reflete meu estado de espírito neste fim de 2019.

Tempo Será

A Eternidade está longe (Menos longe que o estirão
Que existe entre o meu desejo E a
palma da minha mão). Um dia serei feliz?

Sim, mas não há de ser já: A Eternidade está longe, Brinca de tempo-será.

Que em 2020 estejamos todos um pouco mais perto.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Universidades dizem ter déficit de pessoal

ISABELA PALHARES

A extinção dos cargos anunciada ontem pelo governo vai na contramão do que pedem os dirigentes das universidades, que no início do ano calculavam ter um déficit de 15 mil servidores técnico-administrativos em toda a rede de ensino superior. Reitores e diretores afirmam que o número insuficiente de servidores impacta não apenas na área administrativa das instituições, mas também no ensino e pesquisa.

O 'Estado' apurou que desde o início do ano havia um pedido do Ministério da Economia ao MEC para que mapeasse e apontasse áreas que poderiam ter redução de despesas. Para os dirigentes das universidades, a extinção dos cargos e a suspensão dos concursos é um alerta para o risco de uma situação financeira difícil no próximo ano. Em 2019, as instituições já enfrentaram o contingenciamento do orçamento durante a maior parte dos meses.

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

A polarização do ódio não deve nos contaminar

É Natal: época de paz, conagraçamento, reconciliação. Sintonizado com o espírito natalino, o presidente Bolsonaro foi magnânimo: "Você tem uma cara de homossexual terrível, nem por isso te acuso". E varejou: "Pergunta para a tua mãe o comprovante que ela deu pro teu pai".

Dias antes, Bolsonaro afirmou que o estudante universitário brasileiro "faz tudo, menos estudar" e qualificou Paulo Freire de "energúmeno" —como Freire nada tinha de idiota, é de se supor que o presidente tenha empregado o termo no sentido literal ("possuído pelo demônio") para atribuir o acachapante sucesso do educador a alguma influência diabólica.

Quem apresenta sinais de possessão demoníaca, no entanto, é o presidente, que agride não só jornalistas, homossexuais, estudantes e pedagogos, mas qualquer um que apareça, até o Papa e a Igreja Católica. A gente se pergunta se não será o caso de chamar a Damares, o Malafaia e o Edir Macedo ao Alvorada para uma sessão de exorcismo.

As diabruras presidenciais costumam, no entanto, sair pela culatra. Bolsonaro chamou a Greta de "pirralha", ela foi eleita "Personalidade do ano" pela "Time". Demitiu Ricardo

Galvão do Inpe, ele foi escolhido um dos dez cientistas do ano pela revista “Nature”. Mandou a Merkel botar o dinheiro na floresta, a “Forbes” declarou que ela segue sendo a mulher mais poderosa do mundo. Disse que não ia assinar o Prêmio Camões, Chico Buarque mandou agradecer. Dizem que o DiCaprio, acusado de incendiar a Amazônia, já até botou o champanhe no gelo, certo de que leva o Oscar no ano que vem.

Angelical, o presidente é com poucos. Com Trump —que, comovido, retribuiu o “I love you” com um aumento na tarifa do aço e do alumínio. Com policiais criminosos, a quem quer dar indulto de Natal e excludente de ilicitude (o criativo método de reduzir a criminalidade por meio da redução da população). Com os filhos, a quem quis dar uma embaixada e um superintendente da Polícia Federal, e agora tenta dar uma mão no processo dos chocolates.

O espírito de conagraçamento do presidente é contagiante. O ministro da (falta de) Educação, Abraham Weintraub, dá aos interlocutores (“a égua sarnenta e desdentada da sua mãe”) o mesmo tratamento meigo que dá ao idioma (“insitar”, “suspensão”, “antecessores”). O general Heleno diz que é “recalcado” quem dele discorda. O secretário de Cultura chamou a maior atriz brasileira de “sórdida”.

O ex-futuro-presidente da Fundação Palmares afirmou que Martinho da Vila é “vagabundo” e “deveria ser mandado para o Congo”. O novo presidente da Biblioteca Nacional associou músicos brasileiros ao analfabetismo. Carla xingou Joice, que xingou Eduardo, que xingou Frota, que xingou Olavo, que xinga Deus e o mundo.

A oposição corresponde o carinho. Lula, cujo coração “só tem espaço para amor”, afirmou que Moro é “canalha”, Deltan “montou uma quadrilha” e Bolsonaro “governa para milicianos”. O presidente da OAB disse que é Moro o “chefe de quadrilha”. Randolfe Rodrigues chamou Ricardo Salles de “canalha”. E por aí vai.

Há quem não aprecie o espírito. Em entrevista ao GLOBO, Jorge Paulo Lemann, um dos empresários mais bem-sucedidos do mundo, deu a receita para o Brasil progredir: “brigar menos e investir mais em educação”. O presidente faz o inverso: há 30 anos insufla o ódio e hoje mantém no Ministério da Educação um incapaz cuja prioridade é ofender os outros. Lula não o supera: não melhorou a educação, e nada faz além de incitar o ódio. Consumidos pelo rancor, nem Bolsonaro nem Lula estão interessados no desenvolvimento do país: um quer manter o poder, o outro quer recuperá-lo, e ambos querem vingança.

O ódio que Bolsonaro e Lula sentem um pelo outro (e por nós) não é motivo para nos odiarmos a nós mesmos, ao contrário. Nem o desprezo que eventualmente sentimos por um é motivo para apoiarmos o outro. Oxalá, em 2020, percebamos que Bolsonaro e Lula são falsos profetas: enquanto os seguirmos, vagaremos cegamente pelo deserto.

Um Natal feliz e sereno, querido leitor, e um ano novo de paz e reconciliação é o que desejo a você e a todos nós.

O ódio que Bolsonaro e Lula sentem um pelo outro (e por nós) não é motivo para nos odiarmos a nós mesmos, ao contrário

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Atenção integral à educação

Floriano Pesaro é sociólogo e foi deputado federal (PSDB-SP), Claudia Costin é diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV e foi ministra da Administração e Reforma do Estado

Um marco fundamental da adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança pelas Nações Unidas, em 1989, foi que deixamos de olhar a criança como “propriedade” dos pais ou de instituições de caridade, para vê-la como um “ser de direito”. Esse marco nos remete ao título do relatório do Unicef para celebrar a data: “Para cada criança, todo direito”.

De maneira geral, a situação das crianças melhorou no mundo nos últimos 30 anos, como o acesso ao ensino primário, ainda não universalizado em países como o Paquistão, o Afeganistão ou a Nigéria, mas, mesmo nessas partes do mundo, com grande aumento de meninas na escola.

No Brasil, a matrícula e a frequência escolar apresentaram melhoras importantes, em especial no ensino fundamental já universalizado e na pré-escola, com mais de 92% das crianças frequentando a educação infantil. A taxa de mortalidade infantil também caiu bastante, fruto de avanços na saúde pública, na atenção à gestante e na educação das mães.

A importância do cuidado com a primeira infância entrou de vez na agenda pública, inicialmente a partir de uma luta por acesso a creches, que depois passaram a ser vistas como unidades escolares. O Brasil começou a entender que investir na primeira infância é preventivo e vantajoso. Segundo o Nobel de Economia James Heckman, a cada dólar investido entre os 0 e 6 anos de vida, o retorno é de 14 centavos de dólar para cada ano de vida daquela criança. Isso significa mais aprendizado, menos violência e menos vulnerabilidade.

No Brasil, além de iniciativas estaduais, como o Programa São Paulo Pela Primeiríssima Infância, o governo federal instituiu o Programa Criança Feliz, que surge como uma ferramenta para que famílias com crianças na primeira infância possam promover seu desenvolvimento integral de acordo com o Marco Legal da Primeira Infância aprovado em 2016. Hoje, o Criança Feliz é considerado o maior programa de atenção integral para primeira infância do mundo, pelo WISE Awards.

Mas nem tudo são boas notícias. Na educação ainda temos grande defasagem idade/ano e mais de 1,2 milhões de jovens de 15 a 17 anos fora da escola. Além disso, apesar de 91,5% dos jovens dessa faixa estarem na escola, só 68,7% estão no ensino médio — etapa correta para a idade.

E parte desse mau resultado pode ser explicado pela falta de integração das políticas públicas, em especial, entre a educação e a assistência social. Além disso, educação e saúde nem sempre conversam. Cada criança é vista como se outra fosse, pelas diferentes políticas públicas envolvidas, o que impossibilita uma ação estratégica de garantia de direitos.

Daí a importância de uma lei recém-aprovada que estabelece que as redes escolares contem com uma equipe interdisciplinar de suporte com psicólogos e assistentes sociais,

derrubando um veto presidencial.

Além disso, uma política de segurança ineficaz, focada em ações cinematográficas, tem levado à morte desnecessária tanto de policiais como de várias crianças. Até quando vamos chorar nossas Ágathas ou admitir que quem teve a infelicidade de nascer em áreas conflagradas não tem direito à proteção que deveria ser assegurada à infância?

Se tivéssemos sido exemplares na tarefa de educar nossas crianças, talvez nossa única preocupação seria agora a de prepará-las para um mundo em que os avanços da Inteligência Artificial vão delas demandar competências de nível mais sofisticado do que hoje temos condições de lhes oferecer. Contudo, ainda nos depararmos, nas escolas, com altos índices de reprovação, evasão escolar e com baixa aprendizagem. É preciso entender que a atenção à criança envolve tanto a garantia de uma infância saudável no presente quanto a preparação oportuna para um futuro que lhe permita a possibilidade de realizar seus sonhos.

Parte do mau resultado pode ser explicado pela falta de integração entre o ensino e a assistência social

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Saúde libera R\$ 441 milhões para municípios

Cidades beneficiadas foram indicadas por deputados federais após acordo com o governo para a aprovação da reforma da Previdência. Os critérios para a escolha das cidades não foram informados pelo ministério

BRASÍLIA

Sob pressão de deputados, o Ministério da Saúde liberou, na tarde de ontem, R\$ 441 milhões para municípios indicados por parlamentares. Por meio de uma portaria, a pasta habilitou prefeituras para receberem verbas em todo o país.

Desse valor, R\$ 26 milhões são referentes a emendas individuais, cujo pagamento é obrigatório por lei. O restante é formado por verbas direcionadas pelos deputados após negociações com o governo.

Deputados vêm pressionando o Planalto a honrar o acordo firmado para aprovação da reforma da Previdência. Segundo a promessa do governo, cada parlamentar que votasse a favor da proposta poderia indicar, neste ano, a destinação de R\$ 20 milhões em verbas extras, ou seja, cujo pagamento já não seria obrigatório no Orçamento.

Além da Previdência, o governo prometeu R\$ 5 milhões para cada deputado na votação para manter ou não o antigo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) — rebatizado de Unidade de Inteligência Financeira (UIF) — no Ministério da Justiça. O órgão acabou sendo transferido para o Banco Central.

OBSTRUÇÕES

Procurado, o ministério da Saúde não informou, até a publicação desta reportagem, qual foi o critério utilizado para a escolha dos municípios designados para receber as verbas.

Foram 875 propostas cadastradas — os valores ainda não foram pagos. Os estados do

Nordeste devem ficar com a maior fatia, R\$ 184 milhões, ou 41% do total. Já os do Sudeste deverão ficar com 30% da verba, R\$ 133 milhões. O estado que irá receber a maior quantia é São Paulo: R\$ 46 milhões. Na outra ponta, nenhum valor foi destinado ao estado do Acre.

No Ministério da Saúde, o trâmite para liberação de verbas é mais rápido que nas demais pastas, segundo os parlamentares. Eles indicaram prefeituras para receber dinheiro também dos ministérios de Educação, Agricultura, Desenvolvimento Regional e Cidadania. Só entre julho e agosto, a pasta da Saúde já havia liberado R\$ 2,1 bilhões para deputados. As demais atrasaram pagamentos, motivando cobranças e até obstrução de votações na Câmara.

No fim de novembro, o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, se reuniu com líderes de diferentes partidos e disse que conseguiria honrar o pagamento, em média, de R\$ 16 milhões por deputado até o fim deste ano. A promessa foi vista com descrença — com 379 votos a favor da reforma da Previdência, o valor equivaleria a mais de R\$ 6 bilhões.

Comprometeram os pagamentos os valores destinados a líderes de partidos, que já haviam recebido mais do que R\$ 16 milhões individualmente antes do fim do ano. Para conseguir pagar o acordo, o governo teve que nivelar os valores no segundo semestre. Há partidos que já chegaram a mais de 90% das verbas que pediram empenhadas. Outros circulam em torno de 60% a 70%.

O governo não revela quanto cada partido e cada deputado pôde indicar nessa negociação, e nega que votações específicas tenham sido alvo de trocas do Executivo com a Câmara dos Deputados.

Dessa forma, embora cada partido tenha um controle próprio do andamento do pagamento dessas verbas, remetido pela Secretaria de Governo, não é possível saber que valores da verba pública repassada a prefeituras estão atrelados às negociações.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE DESFALQUE NAS UNIVERSIDADES Decreto impede novos concursos para 20 mil cargos de nível técnico no MEC RIO E BRASÍLIA

Um decreto do presidente Jair Bolsonaro, publicado numa edição extraordinária do Diário Oficial na última sexta-feira, impede a abertura de novos concursos públicos para 20 mil cargos do Ministério da Educação (MEC) e de suas instituições de ensino.

São 68 tipos de cargos, ou funções, para as quais não haverá concurso. Entre eles, estão os de técnico em alimentos e laticínios, instrumentador cirúrgico, técnico em audiovisual, tradutor intérprete de linguagem de sinais e revisor de braile.

— A maior parte é de cursos nas áreas de comunicação, engenharia e saúde. A inclusão de alunos deficientes também será muito atingida sem os intérpretes da língua dos sinais e os revisores de braile — afirma Maurício Viegas, pró-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e coordenador do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas das instituições federais de ensino superior.

O MEC foi procurado, mas não respondeu sobre o impacto das vagas congeladas. Já o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Wagner Lenhart, afirmou em nota que esses cargos não foram extintos. Segundo ele, novos concursos não poderão ser abertos, mas editais em curso não serão fechados.

Leandro Tessler, especialista em educação superior da Universidade de Campinas (Unicamp), criticou a publicação do decreto sem a divulgação de um estudo que baseie a suspensão dos concursos:

— A impressão que fica é que eles resolveram, de uma canetada, congelar os cargos. Pode até ser que alguns sejam dispensáveis, mas provavelmente há também gente essencial para o funcionamento dessas universidades.

EXTINÇÃO NA SAÚDE

Além das vagas congeladas no MEC, o decreto de Bolsonaro também extinguiu 27.611 cargos efetivos do quadro de pessoal do governo federal —14.227 já estavam desocupados e 13.384 serão extintos quando seus ocupantes se aposentarem, o que a área econômica estima que acontecerá nos próximos cinco anos, na maioria dos casos.

O órgão mais impactado pela medida será o Ministério da Saúde, onde serão cortados 22.476 cargos, cerca de 81% do total. Apenas para o Agente de Saúde Pública serão extintos 10.661 cargos. Essa função é destinada a agentes de controle de endemias. Nos últimos anos, as prefeituras assumiram essa atividade.

O Ministério da Saúde informou, em nota, que a extinção dos cargos de agentes de saúde pública e de guardas de endemia não impactará as ações de monitoramento, prevenção e controle de doenças transmissíveis.

“Estas atividades já são desempenhadas pelos 260,2 mil Agentes Comunitários de Saúde e 72,3 mil Agentes Comunitários de Endemias distribuídos em todo o país e que realizam visitas domiciliares regulares. Grande parte destes cargos, inclusive, já estava vago há anos”, diz o texto.

O Ministério da Economia não informou a estimativa de redução de gastos com a medida. Entre os cargos extintos estão o de mateiro, discotecário, técnico de móveis e esquadrias e seringueiro. Segundo a pasta, o objetivo é “organizar sua estrutura de carreiras e evitar desperdício de recursos”.

LIMPEZA

ANUNCIA-SE a extinção de 27,6 mil cargos na burocracia federal.

É BOA sinalização, mas, realisticamente, trata-se de limpeza da folha de pagamentos: 14,2 mil desses postos já estão desocupados, apenas serão suprimidos de imediato do mapa orçamentário. Outros 13,3 mil cargos estão ocupados e têm extinção prevista para quando houver aposentadoria dos servidores que lá estão.

MELHOR FARIA o governo se acelerasse a reforma administrativa do Estado.

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - EDUCAÇÃO

LISTA DE ESTUDANTES REGULARES NO ENADE

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) antecipou a divulgação da lista de estudantes em situação regular no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2019.

A previsão inicial era 2 de janeiro de 2020. Para ser considerado habilitado, o inscrito precisa ter preenchido o Questionário do Estudante e feito a prova. Só esses alunos poderão obter o diploma da graduação.

O teste é destinado a concluintes dos cursos. A edição deste ano contou com 1,2 milhão de estudantes de 8 mil formações. Foram avaliadas as graduações em ciências Agrárias, da Saúde e áreas afins, Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e os cursos superiores de tecnologia de Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e de Segurança.

O Inep também antecipou o período para justificativa de ausência no Enade. A partir de hoje, os alunos inscritos que não compareceram devem fazer a solicitação de dispensa. O prazo vai até 5 de fevereiro de 2020.

INSCRIÇÃO PARA O PROUNI COMEÇA EM 26 DE JANEIRO

As inscrições para o Programa Universidade para Todos (Prouni) no primeiro semestre de 2020 já têm data marcada. Começam em 28 de janeiro e terminam no dia 31 do mesmo mês. As informações sobre o calendário do programa foram publicadas no Diário Oficial da União. Os interessados podem se cadastrar no portal prouniportalmec.gov.br.

SELEÇÃO DE DOCENTES PARA CURSO DE INGLÊS NOS EUA

Até 486 professores de língua inglesa serão selecionados para um curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos. A informação é da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O projeto vai atender docentes da educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital. As inscrições são gratuitas podem ser feitas até 14 de fevereiro no site fulbright.org.br. São oferecidas as seguintes modalidades: desenvolvimento de metodologias e aprimoramento em inglês — intermediário 2 e intermediário 1. O resultado está previsto para ser divulgado em 20 de abril. As atividades do programa serão realizadas de 2 g de junho a 7 de agosto. Segundo os organizadores, "além do fortalecimento das habilidades linguísticas de compreensão, fala, leitura e escrita em inglês, o curso promove a imersão no cotidiano da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação".

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - ECONOMIA

Governo extingue 27,6 mil cargos

Decisão de Bolsonaro também proíbe a realização de concurso público para uma série de quadros da Educação e da Saúde

BRASÍLIA – O governo decidiu extinguir 27.611 cargos efetivos do seu quadro de pessoal, por meio de um decreto do presidente Jair Bolsonaro. Além disso, o texto proíbe a realização de concurso público para uma série de cargos de instituições vinculadas aos Ministérios da Saúde e da Educação (MEC).

O Ministério da Economia informou, nesta segunda-feira, que o objetivo é “organizar sua estrutura de carreiras” e evitar “desperdício de recursos”. Apesar da extinção dos cargos, não haverá demissões. Do total de cargos que serão extintos, 14.227 já estão desocupados e serão eliminados imediatamente, segundo o ministério. Ainda existem 13.384 cargos ocupados. Neste caso, a extinção ocorrerá quando essas pessoas se aposentarem. Para esses cargos, a estimativa do governo é que a maioria dos ocupantes atinjam as condições de se aposentar nos próximos cinco anos, segundo fontes da área econômica.

O ministério não informou a estimativa de redução de gastos com a medida. Entre os cargos extintos estão o de mateiro, discotecário, técnico de móveis e esquadrias, locutor e seringueiro. O órgão mais impactado pela medida será o Ministério da Saúde. Serão cortados 22.476 cargos, o que representa cerca de 81% do total. Apenas para o Agente de Saúde Pública serão extintos 10.661 cargos. Essa função é destinada a agentes de controle de endemias.

Nos últimos anos, as prefeituras assumiram essa atividade. “Isso não terá repercussão no âmbito do Ministério da Saúde e se deve, em grande parte, à extinção de cargos de natureza operacional no combate e controle de endemias, e de cargos vagos de unidades hospitalares, que hoje já são de competência de outros entes federativos”, disse, em nota, o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal, Wagner Lenhart. A medida ainda proíbe a abertura de concurso público para cargos existentes no plano de cargos técnicos e administrativos das instituições de ensino.

A vedação abarca cerca de 20 mil cargos do Ministério da Educação e de suas instituições federais de ensino. São 68 tipos de cargos, ou funções, para as quais não haverá concurso. Lenhart disse ainda que decreto não coloca tais cargos em extinção, mas apenas veda a realização de novos concursos ou o provimento adicional além das vagas previstas nos editais vigentes, garantindo a continuidade dos concursos em andamento. Entre os cargos com proibição de concurso estão o de técnico em alimentos e laticínios, técnico em audiovisual, e tradutor intérprete de linguagem de sinais.

O governo informou ainda que a maior parte das atribuições dos cargos que estão sendo extintos podem ser exercidas por outros meios, como a descentralização para outros entes da federação e terceirização por exemplo. “O objetivo é evitar contratações desnecessárias e o desperdício de recursos, pois estes são cargos obsoletos e em funções que não devem mais ser repostas”, informou o secretário.

TWITTER

No Twitter, o filho mais novo do presidente, o vereador Carlos Bolsonaro, comemorou o que ele classificou como “enxugamento da máquina pública e aplicabilidade onde necessário!”. Já o irmão dele, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, elencou essa como mais uma ação do pai para promover “choque de gestão” e recuperar a confiança do investidor no País. “Menos empresas estatais: o governo tem o maior plano de privatizações do mundo, o PPI. Menos cargos e funções gratificadas: o governo cortou 34 mil em 2019”, resumiu no Twitter. Menos cargos e funções gratificadas: governo cortou 39 mil cargos em 2019”, tuitou o deputado Eduardo Bolsonaro

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Presidente do FNDE é exonerado em mais uma baixa do Ministério da Educação

Exonerações nos principais cargos do MEC são indicações de enfraquecimento e saída de Abraham Weintraub no próximo ano

SÃO PAULO - Rodrigo Sergio Dias foi exonerado da presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nesta segunda-feira, 23. O órgão é um dos principais braços do Ministério da Educação (MEC), com um dos maiores orçamentos da pasta, cerca de R\$ 58 bilhões, é responsável por garantir a transferência de recursos para programas que vão desde a merenda ao Financiamento Estudantil (Fies).

Nos últimos dias, o ministério sofreu um esvaziamento, com nomes importantes deixando os cargos que ocupavam. Segundo fontes, essa é uma indicação de que o próprio ministro Abraham Weintraub, que está de férias, deve deixar o cargo no próximo ano.

A exoneração de Dias foi publicada em uma edição extra do Diário Oficial na noite desta segunda. Para o cargo, foi nomeada a servidora Karine Silva dos Santos. Em nota, o MEC disse que a "escolha do nome se deu pelo perfil técnico". Karine trabalha no FNDE desde 2009 e já atuou em diversos cargos de chefia do órgão.

O Estado apurou que a demissão cria novas atritos a Weintraub, já que Dias tem forte ligação e foi uma indicação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Nomeado em agosto para o cargo, o advogado, que fez parte do governo Michel Temer, nunca agradou o ministro por ter muito trânsito político. Ele assumiu o cargo em meio à votação da reforma da Previdência no Congresso.

Também deixam os cargos Guilherme Arthur Botelho Victorio Cerioni (chefe de gabinete) e Gilvan Silva Batista (diretor Financeiro).

Segundo fontes, Weintraub é malvisto tanto pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, quanto pelo secretário-geral da Presidência, Jorge Antonio de Oliveira Francisco, que avaliam que suas polêmicas são desnecessárias e prejudicam o governo. Na Economia, reclama-se ainda do fato de ele pensar em projetos e sequer comunicar a área econômica, como o Future-se, que previa criação de fundos. O ministro também não tem apoio no Congresso, onde foi convocado a explicar declarações polêmicas e acusações sem provas.

Karine é a terceira a ocupar a presidência do FNDE somente neste ano, sendo que a chefia do órgão ficou sem ninguém no comando por mais de 45 dias no início do ano - o que levou ao atraso de pagamentos para faculdades privadas. Antes de Dias, o fundo foi presidido por Carlos Alberto Decotelli, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e indicado ao cargo pela ala militar do governo Jair Bolsonaro. Karine era muito próxima de Decotelli e se aproximou muito nos últimos meses da secretária-executiva adjunta do MEC, Maria Fernanda Bittencourt, pessoa de confiança de Weintraub.

Os principais órgãos do MEC tiveram diversas mudanças de chefia neste ano, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capex).

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

MEC demite presidente do FNDE sem avisar titular do cargo

Essa é a segunda troca neste cargo sob o governo Jair Bolsonaro

Brasília

O governo federal exonerou na noite desta segunda-feira (23) o presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Rodrigo Sérgio Dias. A medida pegou de surpresa o próprio titular do cargo.

Essa é a segunda troca neste cargo no governo Jair Bolsonaro. O ato ocorre no meio das férias do ministro da Educação, Abraham Weintraub.

O FNDE é ligado ao MEC (Ministério da Educação). O órgão é responsável, por exemplo, por transferências de recursos para redes públicas de educação e escolas, além da compra e distribuição de material didático.

À Folha, Dias não quis dar detalhes sobre o assunto, mas disse que não havia sido avisado que seria exonerado do cargo. Só soube depois da publicação do ato, ocorrida em edição extra do Diário Oficial nesta terça.

Na mesma edição foi nomeada para a presidência do FNDE Karine Silva dos Santos, concursada do próprio fundo e que estava à frente da Diretoria de Ações Educacionais.

De acordo com o MEC, o chefe de gabinete, Guilherme Arthur Botelho Victorio Cerioni, e o diretor financeiro, Gilvan Silva Batista, também deixam os cargos.

Em nota, o MEC afirmou que "a escolha do nome se deu pelo perfil técnico". Não explicou, entretanto, por que Dias não fora avisado e por que a mudança se deu nos últimos dias do ano.

Dias havia assumido o cargo em agosto, e substituiu o professor Carlos Alberto Decotelli. O nome dele foi uma indicação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e tinha apoio de parlamentares do chamado centrão.

O órgão é alvo de cobiça no meio político por causa do orçamento, de R\$ 55 bilhões neste ano, e pela atuação em praticamente todos os municípios do país. Integrantes da área mais ideológica do governo, associada a Weintraub, também tentam influenciar em cargos no órgão.

Seu nome foi anunciado no dia 8 de agosto, logo após a aprovação da reforma da Previdência na Câmara. Mas a nomeação demorou para ser publicada e só ocorreu no dia 29 de agosto.

Mesmo no cargo, Rodrigo Sergio Dias nunca teve relação estreita com Weintraub. Nos bastidores, a avaliação é de que a saída dele fortalece Weintraub na pasta — a permanência do ministro é colocada em dúvida por aliados, embora o presidente Bolsonaro negue ter essa intenção.

Irregularidades em uma licitação do FNDE, detectada pela CGU (Controladoria-Geral da União), teriam causado novo desconforto entre o comando do fundo e o MEC. O caso veio à tona no início de dezembro, após reportagem do jornal O Globo.

O edital, de R\$ 3 bilhões, foi publicado no dia 21 de agosto, quando Dias já havia sido anunciado por Weintraub mas aguardava a nomeação oficial.

O FNDE informou que suspendeu preventivamente o certame em 4 de setembro, dias depois que Dias assumiu (nomeado dia 29 de agosto, iniciou os trabalhos no órgão no dia 2 de setembro).

A licitação para a compra de computadores elencava um número maior do que o necessário de equipamentos. Em centenas de casos havia demanda de mais laptops do que o número real de aluno, segundo a CGU.

O MEC vive um ano turbulento, com trocas em todas as áreas importantes da pasta. Além do FNDE, o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), responsável pelo Enem, já está em seu terceiro presidente no ano.

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** terá troca no comando em janeiro.

O próprio Weintraub já é o segundo a ocupar o posto. Ele chegou à pasta em abril, no lugar de Ricardo Vélez Rodriguez.

As mudanças são acompanhadas de certa paralisia nas políticas educacionais, como a Folha mostrou nesta terça-feira. Ações tocadas pelo FNDE, como o programa de transferências Dinheiro Direto na Escola, mantiveram baixa execução neste ano.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Presidente do FNDE é exonerado após menos de seis meses no cargo
Rodrigo Sergio Dias havia sido nomeado em 8 de agosto. Em 2019, o orçamento previsto do fundo foi de cerca de R\$ 55 bilhões.

O governo federal exonerou, nesta segunda-feira (23), o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Rodrigo Sergio Dias havia sido nomeado para o cargo em 8 de agosto, e ficou menos de seis meses à frente do fundo, que é vinculado ao Ministério da Educação e tem como função executar os principais programas de financiamento da educação básica, como os programas de merenda escolar, transporte escolar e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Em 2019, o orçamento previsto do fundo foi de cerca de R\$ 55 bilhões.

A exoneração foi publicada na tarde desta segunda, em edição extra do "Diário Oficial da União". Para a presidência do FNDE foi nomeada Karine Silva dos Santos, que já atuava no órgão.

Em nota, o MEC não informou o motivo da exoneração, mas afirmou que "a escolha do nome [de Karine] se deu pelo perfil técnico".

Ainda segundo o MEC, "a servidora pública concursada do próprio FNDE já atuou em diversos cargos de chefia importantes no órgão, desde 2009, como, por exemplo, na coordenação do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Nos últimos seis meses, estava à frente da Diretoria de Ações Educacionais (Dirae)".

A pasta informou ainda que o chefe de gabinete e o diretor financeiro do FNDE "também deixam os cargos".

O que é o FNDE?

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação é uma das autarquias do MEC e responde pela execução de uma série de programas de alcance nacional, como o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

VÍDEO: fragilidades de gestão no MEC

No início de dezembro, um relatório elaborado e aprovado por deputados federais da Comissão Externa de Educação da Câmara apontou fragilidades de planejamento e gestão dentro do MEC (assista mais no vídeo abaixo).

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Presidente do FNDE é exonerado em mais uma baixa na Educação

Exonerações nos principais cargos do MEC são indicações de enfraquecimento de Abraham Weintraub

Rodrigo Sergio Dias foi exonerado da presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nesta segunda-feira (23/12/2019). O órgão é um dos principais braços do Ministério da Educação (MEC), com um dos maiores orçamentos da pasta, cerca de R\$ 58 bilhões. É responsável por garantir a transferência de recursos para programas que vão desde a merenda ao Financiamento Estudantil (Fies). São informações do Estadão.

Nos últimos dias, o ministério sofreu um esvaziamento, com nomes importantes deixando os cargos que ocupavam. Segundo fontes, essa é uma indicação de que o próprio ministro Abraham Weintraub, que está de férias, deve deixar o cargo no próximo ano.

A exoneração de Dias foi publicada em uma edição extra do Diário Oficial na noite desta segunda. Para o cargo, foi nomeada a servidora Karine Silva dos Santos. Em nota, o MEC disse que a “escolha do nome se deu pelo perfil técnico”. Karine trabalha no FNDE desde 2009 e já atuou em diversos cargos de chefia do órgão.

Indicação de Maia

O Estadão apurou que a demissão cria novos atritos a Weintraub, já que Dias tem forte ligação e foi uma indicação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Nomeado em agosto para o cargo, o advogado, que fez parte do governo Michel Temer, nunca agradou o ministro por ter muito trânsito político. Ele assumiu o cargo em meio à votação da reforma da Previdência no Congresso.

Também deixam os cargos Guilherme Arthur Botelho Victorio Cerioni (chefe de gabinete) e Gilvan Silva Batista (diretor Financeiro).

Segundo fontes, Weintraub é malvisto tanto pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, quanto pelo secretário-geral da Presidência, Jorge Antonio de Oliveira Francisco, que avaliam que suas polêmicas são desnecessárias e prejudicam o governo.

Na Economia, reclama-se ainda do fato de ele pensar em projetos e sequer comunicar à área econômica, como o Future-se, que previa criação de fundos. O ministro também não tem apoio no Congresso, onde foi convocado a explicar declarações polêmicas e

acusações sem provas.

Terceira no cargo

Karine é a terceira a ocupar a presidência do FNDE somente neste ano, sendo que a chefia do órgão ficou sem ninguém no comando por mais de 45 dias no início do ano – o que levou ao atraso de pagamentos para faculdades privadas.

Antes de Dias, o fundo foi presidido por Carlos Alberto Decotelli, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e indicado ao cargo pela ala militar do governo Jair Bolsonaro. Karine era muito próxima de Decotelli e se aproximou muito nos últimos meses da secretária-executiva adjunta do MEC, Maria Fernanda Bittencourt, pessoa de confiança de Weintraub.

Os principais órgãos do MEC tiveram diversas mudanças de chefia neste ano, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (**Capés**).

topo ↕

PORTAL CARTA CAPITAL - TEMPO REAL

Em 2019, estudantes foram às ruas contra a política de Bolsonaro

Eles combateram os cortes orçamentários das universidades, a privatização das instituições federais e defenderam a autonomia universitária

Dos 22 ministérios que fizeram parte do 1º ano do governo Bolsonaro, é impossível não notar o destaque que teve o Ministério da Educação (MEC). E por um motivo pouco animador: a pasta foi alvo de polêmicas durante todo o ano.

CartaCapital precisa de você para continuar fazendo um jornalismo que vigia a fronteira entre a civilização e a barbárie. Um jornalismo que fiscaliza o poder em todas as suas dimensões. Sua luta é a nossa luta. Seja Sócio CartaCapital. A democracia agradece.

A primeira escolha do presidente para controlar o MEC foi o colombiano Ricardo Vélez Rodríguez. Nos três meses em que foi ministro, afirmou que a população brasileira era “incapacitada” e que as universidades brasileiras deveriam ser destinadas à “elite intelectual”, defendeu que o golpe militar de 1964 não ocorreu e ordenou que o slogan de Bolsonaro e o hino brasileiro fossem repetidos e filmados diariamente nas escolas do País. O presidente o dispensou devido aos embates entre os olavistas e os militares que disputavam como a pasta deveria ser conduzida.

A situação não melhorou com a saída de Vélez. O escolhido para assumir o cargo foi o economista Abraham Weintraub. Em pouco tempo de gestão, ele gerou controvérsias. Anunciou um contingenciamento de 30% das verbas de universidades federais, o que deixou muitas sem recursos para funcionar normalmente; cortou bolsas de pesquisa da **Capés (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**; e apresentou o Future-se, programa que pretende a captação de recursos próprios a partir de negócios privados para as universidades.

As ações de Weintraub foram consideradas polêmicas por organizações estudantis, acadêmicas e de docentes inúmeras vezes. A sociedade civil foi incitada e o movimento estudantil brasileiro se tornou protagonista das convocações de rua contra a política educacional.

Os primeiros atos em defesa da Educação

Convocados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), estudantes e professores de todo o Brasil foram às ruas nos dias 15 e 30 de maio. A principal pauta reivindicada era a revogação dos contingenciamentos de verba nas universidades federais, mas críticas ao governo Bolsonaro estiveram presentes em todas as manifestações durante o ano.

Na mesma época, o MEC atrasava a nomeação de reitores universitários. Usualmente, cada universidade vota uma lista tríplice e o governo escolhe um nome. Durante as gestões petistas, o governo sempre escolheu o nome mais votado, como forma de respeitar a autonomia universitária. Na ocasião, o próprio ministro alegou que o atraso se devia a questões políticas. A defesa da autonomia universitária passou, então, a ser uma pauta dos atos estudantis.

O ataque à ciência

Devido ao sucesso do primeiro ato estudantil em 15 de maio, o governo passou a investir em uma forte campanha contra os estudantes. O ministro Weintraub defendia que o governo deveria poder retirar recursos das universidades que provocassem ‘balbúrdia’ e passou a acusar os professores universitários de incitarem os alunos ideologicamente.

Em julho, o CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, anunciou a suspensão de novas bolsas de pesquisa e alegou falta de recursos. Desde 2016, o orçamento do CNPq vem caindo. Naquele ano, era de 1,15 bilhão. Inicialmente, em 2019, eram 784 milhões. A decisão foi vista pela comunidade acadêmica como uma forma de instrumentalização do desmonte da produção acadêmica brasileira.

O combate às privatizações nas universidades

Em uma nova rodada de protestos pelo Brasil, manifestantes aderiram ao combate ao programa Future-se. Na foto, o ato de 13 de Agosto em São Paulo (SP) (Foto: Eliudo Meira)

Em agosto, os atos estudantis ganharam mais uma pauta. O MEC havia anunciado o Future-se, programa que incentivaria as universidades federais a captarem receita própria através de negócios com empresas privadas e organizações sociais. Na visão de especialistas, o programa foi visto como uma forma de enfraquecer a autonomia política que as universidades possuem ao introduzir interesses privados dos possíveis financiadores.

A memória dos estudantes desaparecidos

Em julho, envolvido em uma desavença com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, o presidente Bolsonaro denunciou que seu pai, Fernando Santa Cruz, que foi militante estudantil durante a Ditadura Militar brasileira, teria sido assassinado pelo grupo de esquerda da qual fazia parte, a Ação Popular Marxista-Leninista. A fala do presidente causou revolta, já que existe o entendimento de que Santa Cruz foi um dos desaparecidos políticos do regime militar brasileiro. A defesa da memória dos estudantes desaparecidos políticos tornou-se pauta do ato estudantil de 13 de agosto.

A presença militar na educação não ficou restrita a este caso. Também em julho, o MEC

anunciou que pretendia implementar 108 novas escolas militares ou militarizadas até 2023. Atualmente, existem 203 escolas militares no país. Em outubro, o ministério também anunciou que disponibilizará 54 milhões de reais de sua verba anual para pagar os militares que atuarão nessas escolas. Em contrapartida, passaram a vir à tona casos de violência envolvendo militares nas escolas: um professor foi agredido no Amazonas e alunos foram revistados nus em Goiás.

O saldo das lutas

Em setembro, uma instituição travou uma luta especial. Na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), o presidente Bolsonaro nomeou um reitor que havia ficado em terceiro lugar da lista tríplice votada por discentes e docentes para a próxima gestão da universidade. A comunidade acadêmica se organizou e propôs a destituição do reitor ao Conselho Universitário. Mesmo com a aprovação do Conselho, é necessário que a Presidência volte atrás na decisão, o que não aconteceu até o momento. No entanto, os estudantes da universidade ocuparam a reitoria durante o mês de setembro, o que atrasou a posse do reitor bolsonarista Marcelo Recktenvald.

Ainda alegando a redução de custos, o MEC também anunciou estar estudando a fusão entre a **Capes** e o CNPq. A proposta causou divergência entre os próprios integrantes do governo. Isto porque a **Capes** é de responsabilidade do MEC, enquanto que o CNPq é do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O ministro responsável pela pasta, Marcos Pontes, foi contrário à decisão, pois acredita que ela prejudicaria o desenvolvimento científico brasileiro.

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

Capes seleciona professores de inglês para curso nos Estados Unidos

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** vai selecionar até 486 professores de língua inglesa para curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos, por meio do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI).

O programa é realizado em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright) e vai atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

As inscrições são gratuitas podem ser feitas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível no site da Comissão Fulbright. A seleção é feita por meio de etapa documental e do resultado no teste de proficiência. São oferecidas três modalidades de curso: desenvolvimento de metodologias, aprimoramento em inglês – intermediário 2 e intermediário 1.

O resultado final está previsto para ser divulgado no dia 20 de abril. As atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do ano que vem.

Além do fortalecimento das habilidades linguísticas de compreensão, fala, leitura e escrita em inglês, o curso promove a imersão no cotidiano da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação.

O programa cobre, entre outras despesas, passagem aérea, ajuda de custo durante a

capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Capes seleciona professores de inglês para curso nos Estados Unidos

Durante seis semanas, 486 professores de língua inglesa farão curso intensivo em universidades americanas

São Paulo – A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes) vai selecionar até 486 professores de língua inglesa para curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos, por meio do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI).

O programa é realizado em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright) e vai atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

As inscrições são gratuitas podem ser feitas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível no site da Comissão Fulbright. A seleção é feita por meio de etapa documental e do resultado no teste de proficiência. São oferecidas três modalidades de curso: desenvolvimento de metodologias, aprimoramento em inglês – intermediário 2 e intermediário 1.

O resultado final está previsto para ser divulgado no dia 20 de abril. As atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do ano que vem.

Além do fortalecimento das habilidades linguísticas de compreensão, fala, leitura e escrita em inglês, o curso promove a imersão no cotidiano da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação.

O programa cobre, entre outras despesas, passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Capes seleciona professores de inglês para curso nos Estados Unidos

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** vai selecionar até 486 professores de língua inglesa para curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos, por meio do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI).

O programa é realizado em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright) e vai atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

As inscrições são gratuitas podem ser feitas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível no site da Comissão Fulbright. A seleção é feita por meio de

etapa documental e do resultado no teste de proficiência. São oferecidas três modalidades de curso: desenvolvimento de metodologias, aprimoramento em inglês – intermediário 2 e intermediário 1.

O resultado final está previsto para ser divulgado no dia 20 de abril. As atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do ano que vem.

Além do fortalecimento das habilidades linguísticas de compreensão, fala, leitura e escrita em inglês, o curso promove a imersão no cotidiano da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação.

O programa cobre, entre outras despesas, passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Presidente do Fundo para a Educação é exonerado do MEC

Exonerações nos principais cargos do MEC (Ministério da Educação) são indicações de provável saída do ministro Abraham Weintraub no próximo ano
Rodrigo Sergio Dias foi exonerado da presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nesta segunda-feira (23). O órgão é um dos principais braços do Ministério da Educação (MEC), com um dos maiores orçamentos da pasta, cerca de R\$ 58 bilhões, é responsável por garantir a transferência de recursos para programas que vão desde a merenda ao Financiamento Estudantil (Fies).

Nos últimos dias, o ministério sofreu um esvaziamento, com nomes importantes deixando os cargos que ocupavam. Segundo fontes, essa é uma indicação de que o próprio ministro Abraham Weintraub vai sair do cargo.

A exoneração de Dias foi publicada em uma edição extra do Diário Oficial na noite desta segunda. Para o cargo, foi nomeada a servidora Karine Silva dos Santos. Em nota, o MEC disse que a "escolha do nome se deu pelo perfil técnico". Karine trabalha no FNDE desde 2009 e já atuou em diversos cargos de chefia do órgão.

O Estado apurou que a demissão cria novas atritos a Weintraub, já que Dias tem forte ligação e foi uma indicação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Nomeado em agosto para o cargo, o advogado, que fez parte do governo Michel Temer, nunca agradou o ministro por ter muito trânsito político. Ele assumiu o cargo em meio à votação da reforma da Previdência no Congresso. Também deixam os cargos Guilherme Arthur Botelho Victorio Cerioni (chefe de gabinete) e Gilvan Silva Batista (diretor Financeiro).

Segundo fontes, Weintraub é malvisto tanto pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, quanto pelo secretário-geral da Presidência, Jorge Antonio de Oliveira Francisco, que avaliam que suas polêmicas são desnecessárias e prejudicam o governo.

Na Economia, reclama-se ainda do fato de ele pensar em projetos e sequer comunicar a área econômica, como o Future-se, que previa criação de fundos. O ministro também

não tem apoio no Congresso, onde foi convocado a explicar declarações polêmicas e acusações sem provas.

Karine é a terceira a ocupar a presidência do FNDE somente neste ano, sendo que a chefia do órgão ficou sem ninguém no comando por mais de 45 dias no início do ano - o que levou ao atraso de pagamentos para faculdades privadas. Antes de Dias, o fundo foi presidido por Carlos Alberto Decotelli, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e indicado ao cargo pela ala militar do governo Jair Bolsonaro.

Os principais órgãos do MEC tiveram diversas mudanças de chefia neste ano, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes).

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Ministério da Educação: presidente do FNDE é exonerado **Exonerações nos principais cargos do MEC são indicações de enfraquecimento e saída de Abraham Weintraub no próximo ano**

Rodrigo Sergio Dias foi exonerado da presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nesta segunda-feira, 23. O órgão é um dos principais braços do Ministério da Educação (MEC), com um dos maiores orçamentos da pasta, cerca de R\$ 58 bilhões, é responsável por garantir a transferência de recursos para programas que vão desde a merenda ao Financiamento Estudantil (Fies).

Nos últimos dias, o ministério sofreu um esvaziamento, com nomes importantes deixando os cargos que ocupavam. Segundo fontes, essa é uma indicação de que o próprio ministro Abraham Weintraub vai sair do cargo.

A exoneração de Dias foi publicada em uma edição extra do Diário Oficial na noite desta segunda. Para o cargo, foi nomeada a servidora Karine Silva dos Santos. Em nota, o MEC disse que a "escolha do nome se deu pelo perfil técnico". Karine trabalha no FNDE desde 2009 e já atuou em diversos cargos de chefia do órgão.

O Estado apurou que a demissão cria novas atritos a Weintraub, já que Dias tem forte ligação e foi uma indicação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Nomeado em agosto para o cargo, o advogado, que fez parte do governo Michel Temer, nunca agradou o ministro por ter muito trânsito político. Ele assumiu o cargo em meio à votação da reforma da Previdência no Congresso.

Também deixam os cargos Guilherme Arthur Botelho Victorio Cerioni (chefe de gabinete) e Gilvan Silva Batista (diretor Financeiro).

Segundo fontes, Weintraub é malvisto tanto pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, quanto pelo secretário-geral da Presidência, Jorge Antonio de Oliveira Francisco, que avaliam que suas polêmicas são desnecessárias e prejudicam o governo. Na Economia, reclama-se ainda do fato de ele pensar em projetos e sequer comunicar a área econômica, como o Future-se, que previa criação de fundos. O ministro também não tem apoio no Congresso, onde foi convocado a explicar declarações polêmicas e acusações sem provas.

Karine é a terceira a ocupar a presidência do FNDE somente neste ano, sendo que a

chefia do órgão ficou sem ninguém no comando por mais de 45 dias no início do ano - o que levou ao atraso de pagamentos para faculdades privadas. Antes de Dias, o fundo foi presidido por Carlos Alberto Decotelli, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e indicado ao cargo pela ala militar do governo Jair Bolsonaro.

Os principais órgãos do MEC tiveram muitas mudanças de chefia neste ano, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (**Capes**).

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Capes seleciona professores de inglês para curso nos Estados Unidos

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** vai selecionar até 486 professores de língua inglesa para curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos, por meio do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI).

O programa é realizado em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright) e vai atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

As inscrições são gratuitas podem ser feitas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível no site da Comissão Fulbright. A seleção é feita por meio de etapa documental e do resultado no teste de proficiência. São oferecidas três modalidades de curso: desenvolvimento de metodologias, aprimoramento em inglês - intermediário 2 e intermediário 1.

O resultado final está previsto para ser divulgado no dia 20 de abril. As atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do ano que vem.

Além do fortalecimento das habilidades linguísticas de compreensão, fala, leitura e escrita em inglês, o curso promove a imersão no cotidiano da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação.

O programa cobre, entre outras despesas, passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Governo troca comando de órgão do MEC com orçamento de R\$ 52 bilhões

Com menos de quatro meses no cargo, presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação é substituído por funcionária de carreira da área
BRASÍLIA — O governo trocou o comando do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Saiu Rodrigo Sergio Dias e entrou Karine Silva dos Santos. A troca foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira.

Dias é advogado e primo do atual secretário de transportes metropolitanos do Estado de São Paulo, Alexandre Baldy (PP). Karine, por sua vez, é funcionária de carreira do

FNDE desde 2009.

Um dos órgãos federais com maior orçamento —em 2019, ele foi de R\$ 52 bilhões—, o FNDE é responsável por fazer repasses de recursos destinados a estados e municípios de todo o Brasil.

Dias era tido como um nome que tinha o apoio do PP e do DEM do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (RJ). Nos bastidores, no entanto, comenta-se que seu relacionamento com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, não era bom.

Procurado, Dias afirmou que não foi comunicado da troca e que ignora os motivos da demissão.

Em nota, o MEC não explicou o motivo da mudança no comando do FNDE. Disse apenas que a escolha por Karina se deu por seu “perfil técnico”.

A nova presidente entrou no FNDE por meio de concurso público. Ela foi a braço-direito do ex-presidente do órgão, Carlos Decotelli, que deixou o cargo em agosto para a entrada de Dias. Também já atuou na coordenação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Karine também é próxima da secretária-executiva adjunta do MEC, Maria Fernanda Bittencourt, pessoa de confiança de Weintraub.

O MEC informou ainda que além de Rodrigo Dias, também foram exonerados o seu chefe de gabinete, Arthur Botelho Victorio Cerioni, e o ex-diretor financeiro do órgão, Gilvan Silva Batista.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

MEC troca presidência do FNDE pela segunda vez em menos de 5 meses
Órgão é responsável pelo financiamento da maioria das ações da União para a educação básica, como os programas de merenda e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

MEC troca presidência do FNDE pela segunda vez em menos de 5 meses
MEC troca presidência do FNDE pela segunda vez em menos de 5 meses

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta segunda-feira (23) a troca de presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pelo financiamento da maioria das ações da União para a educação básica — como os programas de merenda, transporte escolar e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Rodrigo Sergio Dias, nomeado em 8 de agosto, será substituído por Karine Silva dos Santos, servidora concursada do FNDE. De acordo com o MEC, Karine já coordenou o Programa Nacional de Alimentação Escolar e, nos últimos seis meses, estava à frente da Diretoria de Ações Educacionais (Dirae).

Também deixam os cargos no FNDE Guilherme Arthur Botelho Victorio Cerioni (chefe de gabinete) e Gilvan Silva Batista (diretor Financeiro).

As mudanças foram publicadas em edição extra do “Diário Oficial da União” (DOU).

topo ↗

BLOG DO JOSIAS DE SOUSA - TEMPO REAL

Weintraub exonera um indicado de Maia no FNDE

Em plenas férias, o ministro Abram Weintraub, da Educação, mandou demitir o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rodrigo Sérgio Dias. Trata-se de um indicado do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Estava no cargo havia menos de quatro meses. Tomara posse em 30 de agosto. A exoneração foi formalizada nesta segunda-feira (23).

Rodrigo Dias foi demitido sem nenhuma comunicação prévia. Pior: será substituído por uma pessoa que desejava exonerar. Chama-se Karine Silva dos Santos. Respondia há seis meses pela Diretoria de Ações Educacionais. A exoneração de Rodrigo e a promoção de Karine foram publicados numa edição extra do Diário Oficial da União, nesta antevéspera do Natal.

O FNDE é uma autarquia federal pendurada no organograma do MEC. Administra um orçamento portentoso. Em 2019, somou R\$ 52 bilhões. Realiza repasses constitucionais e voluntários para estados e municípios. O demitido Rodrigo Dias é primo do ex-deputado federal e ex-ministro das Cidades no governo Temer, Alexandre Baldy (PP-GO).

Baldy é amigo fraternal de Rodrigo Maia. Comanda no momento a Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo. Ou seja: além da proximidade com Maia e da filiação ao PP, principal legenda do centrão, o primo do demitido integra o gabinete do governador paulista João Doria, personagem que Jair Bolsonaro passou a enxergar como adversário, um potencial rival na sucessão de 2022.

topo ↗

R7 - TEMPO REAL

MEC divulga calendário do Programa Universidade para Todos 2020

Inscrições para bolsas de estudos parciais ou integrais nas faculdades particulares começam no dia 28 de janeiro

O MEC divulgou o calendário de inscrições para o Programa Universidade para Todos, o Prouni 2020, que oferece bolsas de estudos para cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica, em faculdades privadas de todo o País.

É uma oportunidade para estudantes de baixa renda acessarem o ensino superior. Para concorrer, é necessário ter prestado o Enem atingindo média igual ou superior a 450 pontos – sem zerar na prova de Redação.

O candidato também precisa atender o critério de renda familiar, de até três salários mínimos por pessoa, e ter cursado o Ensino Médio completo em instituição pública ou com bolsa integral em escola particular.

De olho nas datas

Inscrição: 28 a 31/01

Primeira chamada: 4/12

Comprovação de informações: 4 a 11/02

Registro Sispruni: 4 a 14/02

Segunda chamada: 18/02

Comprovação de informações: 18 a 28/02

Registro Sisprouni: 18/02 a 3/03

Lista de espera: 6 a 9/03

Comprovação de informações: 13 a 16/03

Registro no Sisprouni: 17 a 23/03

Maiores informações: Portal Prouni

topo ↕

VEJA - SP - TEMPO REAL

Ministério da Educação exonera presidente do FNDE e anuncia substituta Rodrigo Sérgio Dias já tem substituta: Karine Silva dos Santos. É a segunda troca neste cargo no governo Bolsonaro

O Ministério da Educação anunciou na noite desta segunda-feira, 23, o nome de Karine Silva dos Santos como nova presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o FNDE. De acordo com o MEC, a escolha se deu pelo perfil técnico.

Ela substituiu Rodrigo Sérgio Dias, exonerado no começo da noite. Além dele, o chefe de gabinete, Guilherme Arthur Botelho Victorio Cerioni, e o diretor financeiro, Gilvan Silva Batista, também deixam os cargos.

Esta é a segunda troca no comando do FNDE no governo Bolsonaro. Em agosto, Rodrigo Sérgio Dias havia substituído o professor Carlos Alberto Decotelli.

O órgão é responsável, por exemplo, por transferências de recursos para redes públicas de educação e escolas, além da compra e distribuição de material didático.

Karine Silva dos Santos é servidora pública concursada do próprio FNDE e já atuou em diversos cargos de chefia importantes no fundo. Ela entrou em 2009 e já atuou na coordenação do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Nos últimos seis meses, estava à frente da Diretoria de Ações Educacionais (Dirae).

topo ↕

VEJA - SP - TEMPO REAL

Inscrições para o Prouni começam dia 28 de janeiro Prazo vai até 31 de janeiro; programa é direcionado aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou bolsistas integrais da rede particular

As inscrições para o Programa Universidade para Todos (Prouni) no primeiro semestre de 2020 já têm data marcada. Estudantes de todo o país poderão começar a se inscrever no dia 28 de janeiro. O prazo vai até as 23h59 de 31 de janeiro.

As informações sobre o calendário do programa foram publicadas no Diário Oficial da União nesta segunda-feira, 23, em edital do Ministério da Educação. Os interessados podem se inscrever no portal do Prouni.

O ProUni oferta bolsas de estudo integrais (100%) ou de 50% a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. O programa tem dois critérios de avaliação: desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e renda.

Direcionado aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, a iniciativa tem sistema informatizado e impessoal para garantir transparência e segurança no processo.

Confira o cronograma

- 28 de janeiro a 31 de janeiro – inscrições
- 4 de fevereiro – divulgação de resultados da primeira chamada
- 4 a 11 de fevereiro – comprovação das informações e eventual processo seletivo próprio das instituições (primeira chamada)
- 4 a 14 de fevereiro – registro no SISPROUNI e emissão dos termos pelas instituições (primeira chamada)
- 18 de fevereiro – divulgação dos resultados da segunda chamada
- 18 a 28 de fevereiro – comprovação das informações e eventual processo seletivo próprio das instituições (segunda chamada)
- 18 de fevereiro a 3 de março – registro no SISPROUNI e emissão dos termos pelas instituições (segunda chamada)

* Com informações do Ministério da Educação

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASÍLIA - DF COL - BRASÍLIA - DF

Servidores públicos, a próxima fronteira

Que tributária, que nada. No rastro da reforma da Previdência e dos decretos de extinção e congelamento de cargos de ontem, o governo apostará em 2020 na reforma administrativa. É que, depois da Previdência, a despesa que mais cresce é a de pessoal. Descontada a inflação, aumentou R\$ 263 bilhões nos últimos 12 anos, conforme estudo divulgado nesta semana pela Instituição Fiscal Independente (IFI). O documento mostra, ainda, que, se os vencimentos e vantagens recebidos pelos agentes públicos de 2013 a 2018 tivessem seguido a mesma taxa de variação do setor privado formal, o valor teria sido R\$ 32 bilhões menor. É aí que a área econômica pretende avançar em 2020.

Falta combinar com os congressistas, mais embalados na reforma tributária do que na administrativa. É que, em ano eleitoral, as excelências preferem dar boa notícia para o contribuinte, nem que seja a pura e simples simplificação dos impostos, do que mexer com servidor público, que já perderá com a reforma da Previdência.

Excludente e trabalho

Há pelo menos dois projetos do governo que terão dificuldades de aprovação no Parlamento, em 2020: o excludente de licitude e a carteira de trabalho verde e amarela. É que, em ano eleitoral, dizem os deputados, não dá para cortar direitos dos trabalhadores. Seria dar discurso ao PT e aos sindicatos.

Sem folga

A cúpula do Aliança pelo Brasil comemorou mais de 130 mil assinaturas coletadas em apenas três dias. Do total, 70 mil já estão com as fichas encaminhadas e firmas reconhecidas, prontas para serem enviadas para os sistemas dos cartórios eleitorais. Nesse ritmo, diz o segundo vice-presidente, Luiz Felipe Belmonte, será possível chegar a mais de 800 mil assinaturas até o fim de janeiro de 2020. A coleta de assinaturas não parará nesse período de festas.

Público feminino

A deputada Bia Kicis passou o domingo nas redes sociais, pedindo engajamento das mulheres para a criação do novo partido do presidente Jair Bolsonaro, o Aliança Pelo Brasil. "Os homens são 70% e as mulheres, 30%. Vamos lá mulherada!", apelou. Ela explicou, inclusive, que não se tratava de filiação, apenas de apoio para a legenda existir.

Para bons entendedores.

A loja de chocolates de Flávio Bolsonaro virou alvo de curiosos e de adversários da família. Nesta semana, o deputado Alexandre Frota (PSDB-SP) explorou a loja em um vídeo que exibiu em suas redes sociais. Perguntou qual chocolate ali custava R\$ 21 mil, pesquisou os produtos mais caros (na faixa de R\$ 200) e, no meio da visita, saiu-se com esta: "Ih, olha o que eu achei! Chocolate com laranja".

Curtidas

"Genérico do Oscar"

O Museu da Bíblia está entre o céu o inferno. Informada do projeto, a arquiteta Maria Estela Kubitschek (foto), filha de JK, não poupou críticas. "Estão descaracterizando Brasília com dois detalhes fundamentais para a preservação da cidade e plantando genéricos dos projetos de Oscar Niemeyer", criticou.

Autênticos de Oscar

O arquiteto da cidade, que faleceu em 5 de dezembro de 2012, deixou dois projetos para completar sua obra na capital da República que já foram inclusive pagos, falta apenas executar: O sambódromo e a Praça do Povo. A praça deve ocupar a área entre o Teatro Nacional e o acesso de quem vem da L2 Norte para Eixo Monumental.

Por falar em Eixo Monumental...

Estão adensando o Eixo Monumental de Brasília, que começa na Esplanada dos Ministérios e vai até a Rodoferroviária. Já tem centro de convenções, que não estava previsto, Museu de Athon Bulcão, vem ainda Memorial João Goulart e agora. Museu da Bíblia. Há, nos bastidores da política, quem compare Oscar Niemeyer a uma árvore natalina, à qual, invariavelmente, integrantes da família recorrem para buscar um presente.

. preservar é preciso

A monumentalidade de Brasília está em seus espaços vazios e áreas verdes. Aí está um dos desafios para o novo secretário de Cultura, Bartolomeu Rodrigues.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

COL - PAINEL

Um por todos

Colegas de magistratura da juíza Selma Arruda (Pode-MT) indicaram a ministros do Supremo que estão dispostos a provocar novo constrangimento à senadora, que teve mandato cassado pela Justiça Eleitoral. Eles querem saber se a "Moro de Saias", apelido que a consagrou, usou o posto para se promover na eleição. Se for o caso, acreditam que Selma deve perder o direito à aposentadoria, até para mostrar aos que tenham pretensões políticas quais são os limites da atuação no cargo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/12/24/juizes-querem-cassacao-da-aposentadoria-da-juiza-selma-medida-teria-como-objetivo-dar-exemplo-a-magistrados/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

MAN - Para evitar brigas, 51% desistiram de comentário de política no WhatsApp, diz Datafolha

Pesquisa aponta que 1 em cada 5 pessoas deixou de seguir ou bloqueou perfil de amigo, familiar ou empresa por discordar de posições políticas

São Paulo

O ano de 2019 não foi fácil para falar de política nos grupos de WhatsApp.

Segundo o Datafolha, 51% dos brasileiros que usam a rede social desistiram de fazer um comentário ou compartilhar algum conteúdo sobre política para evitar brigas com a família ou com os amigos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/para-evitar-brigas-51-desistiram-de-comentario-de-politica-no-whatsapp-diz-datafolha.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

MAN - BC propõe projeto de socorro a bancos e prevê uso de recursos públicos Uso de fundos públicos seria em caso de crise severa e esgotamento de outras opções

Brasília

O Banco Central enviou ao Congresso nesta segunda-feira (23) um projeto de lei para regulamentar o socorro a instituições financeiras em dificuldade. A proposta prevê o uso de recursos públicos em caso de crise severa.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/bc-propoe-projeto-de-socorro-a-bancos-e-preve-uso-de-recursos-publicos.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.

COL - PAINEL S.A

No ar

Na contramão do fracasso do Itamaraty e do Ministério do Meio Ambiente nas negociações internacionais para a regulamentação do mercado de carbono, o Ministério da Economia anunciou nesta segunda-feira (23) que a discussão sobre emissão de gases no âmbito nacional avançou. Em nota sobre reunião realizada no dia 19 com Banco Mundial e conselho empresarial, a pasta diz que houve compromisso de acelerar estudos sobre a precificação no comércio nacional.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/12/mercado-de-carbono-no-brasil-vai-acelerar-diz-ministerio-da-economia.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO

COL - MÔNICA BERGAMO

Empresas brasileiras aderem a protocolo internacional de simplificação de tributos
Segundo estudo, de janeiro a novembro de 2019 houve aumento de 19% na adesão ao ATA Carnet

Mais empresas brasileiras aderiram a um protocolo internacional de simplificação aduaneira que permite levar ao exterior bens e equipamentos para eventos, como turnês e shows, por até um ano e voltar sem pagar impostos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/12/empresas-brasileiras-aderem-a-protocolo-internacional-de-simplificacao-de-tributos.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO COL - COLUNA DO ESTADÃO

Alcolumbre 'ignora' Comissão Diretora

O primeiro ano de Davi Alcolumbre (DEM-AP) no comando do Senado acabou e nenhuma reunião da Comissão Diretora da Casa foi realizada, motivo de grande mágoa entre quem apoiou o atual presidente na acirrada eleição contra Renan Calheiros em fevereiro. Sem as tais reuniões, diminui a “democracia interna” e cresce o poder monocrático do presidente, dizem senadores inconformados. Por meio delas, por exemplo, poderia ser impulsionado o debate em torno da CPI da Lava Toga e dos pedidos de impeachment contra ministros do STF.

» Drible. Alcolumbre poderia levar à Mesa Diretora ao menos a questão do impeachment, segundo os insatisfeitos. Porém, criou um “atalho”: pede para a advocacia da Casa emitir um parecer (que acaba sendo sempre contrário) e, com isso, dá a questão por encerrada.

» Quase. Uma reunião chegou a ser marcada em julho, quando havia mais de cem itens na pauta. O Senado Federal é dirigido pela Comissão Diretora, composta pelo presidente, primeiro e segundo vice-presidentes e quatro secretários.

» Vamos marcar. O presidente do Senado se mostrou muito habilidoso nas conversas, sempre individuais. Em muitas delas, Alcolumbre prometeu reunir grupos maiores, mas quase sempre acabou desmarcando em cima da hora.

» Lados. Ainda no fim de 2018, os mais experientes já chamavam a atenção para um “choque geracional” no Senado. Alcolumbre começou o mandato ao lado dos “novos” e vai terminar alinhado com os “velhos”, observa um veterano.

» Trocou. Marcel van Hattem (RS) deixa a liderança do Novo na Câmara dos Deputados. Paulo Ganime (RJ) será seu sucessor.

» The... No recente café com jornalistas no Alvorada, Jair Bolsonaro disse que a relação entre o polêmico secretário de Cultura, Roberto Alvim, e o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, não começou boa, mas já melhorou.

» ...boss. Apesar de a secretaria estar sob o comando do Turismo, quem manda na Cultura é Alvim, afirmou o presidente. O ministro é apenas um “fiscal”.

» Primeira-dama. Michelle Bolsonaro ganhará em 2020 um espaço no coração do governo: vai despachar no Palácio do Planalto. A mulher do presidente já havia recebido uma sala, reformada especialmente para ela, na Esplanada. » Juntos. Condenado pelo “mensalão mineiro”, o expresidente do PSDB Eduardo Azeredo (MG) encontrou um ponto de convergência com Jair Bolsonaro e Lula: “O Ministério Público tem se excedido por vezes. Sou uma vítima clara desses destemperos!”.

» Personagens... A Coluna passa a publicar a partir de hoje e até o próximo dia 3 uma pequena retrospectiva dos principais personagens da política neste ano sob o traço de Kleber Sales.

» ...de 2019. Na abertura, Paulo Guedes: o chefe da Economia lidou o ano inteiro com pedidos para abrir o cofre e, apesar da brava resistência, teve de liberar o pagamento das emendas para o comboio governista andar no Congresso.

» CLICK. Em passagem por Gramado com o marido, Eduardo Bolsonaro, Heloísa tomou o chimarrão bolsonarista: o sogro com a faixa presidencial e Lula de presidiário.

BOMBOU NAS REDES!

Janaína Paschoal Deputada estadual (PSL-SP)

“Muito boa a matéria do ‘Estado’ sobre a reforma da Previdência nos Estados. O ponto alto, salvo melhor juízo, está na sugestão de esquecer a PEC paralela.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

MAN - Celebidades se destacam na oposição digital ao presidente

Nas mídias sociais, perfis como o do youtuber Felipe Neto ou da chef Paola Carosella superam políticos tradicionais e se tornam principais rivais do presidente

BRASÍLIA

Um youtuber, um cantor de rap e uma chef de cozinha lideram a oposição ao presidente Jair Bolsonaro e a seus filhos nas redes sociais. Felipe Neto, de programa para crianças, Marcelo D2, das músicas sobre violência contra jovens nos subúrbios, e Paola Carosella, da “cozinha de verdade”, são celebridades que se destacam nas discussões digitais e ganharam adeptos no primeiro ano de Bolsonaro. Levantamentos feitos por empresas que analisam mídias como Twitter e Facebook indicam que os influenciadores rivalizam com bolsonaristas e são a maior força contrária ao governo, superando políticos tradicionais.

Um youtuber infantojuvenil, um cantor de rap e uma chef de cozinha argentina lideram a aguerrida “bancada de oposição” ao presidente Jair Bolsonaro e a seus filhos nas redes sociais. Felipe Neto, dos programas de humor para crianças, Marcelo D2, das músicas sobre violência contra jovens nos subúrbios, e Paola Carosella transitam com desenvoltura nas discussões políticas dessas mídias e ganharam ainda mais adeptos no primeiro ano de mandato de Bolsonaro.

Levantamentos feitos por empresas que analisam plataformas como Twitter e Facebook indicam que influenciadores digitais como eles não apenas conseguem rivalizar com o bolsonarismo como são, hoje, a maior força contrária ao governo nas redes,

ultrapassando até mesmo políticos tradicionais.

Com 10 milhões de seguidores no Twitter, mais que a soma dos internautas que acompanham todas as contas oficiais do clã Bolsonaro na plataforma, o carioca Felipe Neto, de 31 anos, se apresenta como “orgulhosamente odiado pelos amantes de Biroliro”, como ele se refere ao presidente. Dono do segundo maior canal de YouTube do mundo, com 34 milhões de inscritos, Felipe Neto já discutiu nas redes com o vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), o filho “02” do presidente.

O Planalto monitora perfis de opositoristas. A reação, quase sempre, cabe a Carlos e ao deputado Eduardo (PSL-SP), filho “03” do presidente. Bolsonaro é orientado a rebater apenas líderes políticos.

O palanque virtual é um território estratégico para o Planalto. O próprio Bolsonaro sempre diz que a campanha nas redes foi decisiva para sua vitória, em 2018. À época, ele derrubou “dogmas” do marketing eleitoral. O presidente e seus apoiadores mantêm a ofensiva de comunicação por meio dessas mídias, mas são cada vez mais desafiados por “outsiders” da política.

Os opositoristas influentes interagem no Twitter. Felipe Neto tem seus posts bastante retuitados por Paola Carosella, 47 anos, apresentadora de TV. Paola não poupa críticas a apoiadores de Bolsonaro, como o empresário Luciano Hang e o filósofo Olavo de Carvalho.

Na semana passada, Felipe Neto comentou no Twitter a operação do Ministério Público do Rio para apurar o envolvimento do senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ) em esquema de “rachadinha” – no qual servidores devolvem parte dos salários aos parlamentares – na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

“A situação do Flávio Bolsonaro é de terror absoluto. Pelo que corre nos bastidores, ele está completamente sem saída. E isso me deixa, nesse momento, com bastante medo. Eu não sei até onde o Bolsonaro pai será capaz de ir para proteger o filho criminoso”, escreveu o youtuber. Até ontem, o post tinha 47,7 mil curtidas e havia sido retuitado por 4,3 mil pessoas.

Expoentes da “nova política”, os deputados Tabata Amaral (PDT-SP) e Felipe Rigoni (PSB-ES) não comentaram o assunto no Twitter. O líder do PT, Paulo Pimenta (RS), chegou a publicar mensagens sobre Fabrício

Queiroz, ex-assessor de Flávio. A que fez mais sucesso, porém, recebeu 3,7 mil curtidas, 12,5 vezes menos do que o post de Felipe Neto.

A estratégia bolsonarista de rotular críticos de “comunista” e “esquerdista” não tem efeito na geração desses novos adversários. É o que indica levantamento da consultoria Bites, que, a pedido do Estado, analisou 134 milhões de tuítes envolvendo o presidente, neste ano, e mapeou grupos de personalidades sem ligações políticas. São pessoas que não têm cargos públicos ou filiação partidária, mas causam mais impacto na rede bolsonarista que políticos conhecidos.

‘Relevância’. “Na campanha, o presidente escolheu a arena das redes sociais como o

seu campo de debate e praticamente falou sozinho. Mas essa arena não era e não é exclusiva dele”, disse o gerente de Relações Institucionais

da Bites, André Eler. “Se não há atores políticos relevantes o suficiente para o ameaçar, há personalidades relevantes que podem lhe fazer sombra.”

Para o professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e cofundador da Quaest, Felipe Nunes, num cenário de polarização, essas personalidades têm o papel de romper estruturas homogêneas de apoio a candidatos. “As bolhas dessas personalidades são heterogêneas. É possível ver seguidores bolsonaristas ou petistas acompanhando um determinado ator ou cantor. Quando essa personalidade fala sobre política, ela rompe a bolha.”

Quando o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou que pretendia retomar tarifas do aço do Brasil, Marcelo D2, com 1 milhão de seguidores do Twitter, ironizou. “Tu não era amigo do Bozo?”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

MAN - Decreto corta cargos e veta concursos no governo federal

Do total de cargos a serem suprimidos, 14,2 mil estão desocupados e deixam de existir imediatamente, e outros 13,3 mil serão extintos quando o servidor se aposentar; segundo o governo, o corte atinge funções obsoletas e que não devem mais ser repostas

BRASÍLIA

Decreto de Jair Bolsonaro publicado ontem extingue 27,5 mil cargos e veta a realização de concursos para 20 mil postos de 68 profissões em universidades e instituições federais de ensino. A maior parte das vagas na mira do governo já está desocupada e será suprimida imediatamente. Outros 13.384 postos só serão extintos após a aposentadoria do servidor. O Ministério da Saúde será o mais atingido, com a eliminação de 22.476 cargos.

O presidente Jair Bolsonaro extinguiu 27,5 mil cargos e vedou concursos para 68 profissões em universidades e instituições federais de ensino. Os postos extintos por decreto incluem atividades consideradas obsoletas – como datilógrafo, telefonista e linotipista –, e outras atuais, como enfermeiro, auxiliar de enfermagem e técnico em saneamento, além de motorista de órgão específico, como o Ibama.

Segundo o governo federal, nenhum servidor que ocupe essas profissões hoje será demitido. Do total de cargos que serão extintos pelo decreto de Bolsonaro, 14.227 já estão desocupados e serão suprimidos imediatamente. Outros 13.384 estão ocupados e a extinção ocorrerá quando o servidor se aposentar.

“É importante deixar claro que o servidor que ocupa um cargo ‘em extinção’ não é afetado, nada muda para a pessoa”, diz o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal, Wagner Lenhart.

O decreto veda ainda a abertura de concursos públicos e o provimento de vagas, além do previsto em editais de seleções já em andamento, para postos em instituições federais de ensino que incluem atividades como instrumentador cirúrgico, auxiliar de enfermagem, operador de câmera de cinema e TV, revisor de textos braile, técnico em

música, em anatomia e em audiovisual, coreógrafo e diretor de artes cênicas, entre outros.

De acordo com o Ministério da Economia, a vedação atinge cerca de 20 mil cargos. O decreto não extingue postos, mas veda novas contratações além das previstas em concursos já em andamento.

A pasta analisou cerca de 500 mil cargos para identificar os que não são mais condizentes com a realidade da atual força de trabalho federal. “O objetivo é evitar contratações desnecessárias e o desperdício de recursos, pois estes são cargos obsoletos e em funções que não devem mais ser repostas”, diz Lenhart.

Segundo o ministério, a maior parte das atribuições dos postos que estão sendo extintos pode ser exercida por contratação terceirizada e descentralização para outros entes da federação.

Saúde. O Ministério da Saúde será o mais atingido, com 22.476 cargos eliminados. Serão extintos 10.661 cargos de agente de saúde pública e foram eliminados 5.212 cargos de guardas de endemia.

A Economia alega que isso não terá impacto, pois trata-se de cargos de “natureza operacional no combate e controle de endemias e de cargos vagos de unidades hospitalares”, que já são de Estados e municípios.

O Executivo federal emprega 610.330 servidores na ativa, que custaram R\$ 13,3 bilhões em novembro, de acordo com dados do Ministério da Economia.

Para a economista Ana Carla Abrão, o corte deveria ser feito de forma sistemática pelo governo federal. “Na medida em que esses postos ficam vagos, vai havendo pressão para serem ocupados por parte de sindicatos e dos próprios órgãos. É importante a extinção porque você vai ajustando a máquina de acordo com as necessidades.”

Ana Carla afirma que a extinção é positiva, mas é necessário uma reforma administrativa estrutural para atacar a despesa com pessoal, uma das maiores contas do governo. “A equipe econômica está fazendo o que está dentro de suas possibilidades neste momento. Vai precisar haver um convencimento para que o presidente enfrente de frente essa situação estrutural, que é absolutamente necessária”, completa.

Para Ana Carla, o congelamento de concursos em universidades é importante, pois não atinge cargos de professores, mas atividades que podem ser terceirizadas e contratadas de acordo com os orçamentos das instituições.

“Hoje, 90% das despesas das universidades são com salário, e não necessariamente com professor. As universidades foram um grande sistema de aparelhamento nos governos petistas e estão estranguladas.”

“O objetivo é evitar contratações desnecessárias e o desperdício de recursos.” Wagner Lenhart, secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal, em nota

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

COL - SONIA RACY

De molho...

Subiu no telhado a mudança partidária do governador João Azevedo, da Paraíba, que se desfilou do PSB e estava de malas prontas para o Podemos. Seu nome apareceu na Operação Calvário da PF. À coluna, Álvaro Dias contou que está “quase certa”, porém, a filiação do senador Veneziano Neto, também do PSB paraibano.

Outro futuro filiado é o senador Flávio Arns, hoje na Rede, e cuja filha, Caroline Arns, assinou sua ficha no Podemos e disputará a prefeitura de Curitiba.

... mas a postos

Na mira do Podemos também estão nomes do PL e PSL, e Dias não desistiu de atrair Moro. “Agora temos que poupar nosso ministro. Temos tempo”.

Proximidade

Bruno Araújo, presidente nacional do PSDB, aliado de João Doria, prestigiou a confraternização que o vice-presidente do PSL, Antonio Rueda, ofereceu, no fim de semana, no Recife. Estavam lá Bivar, que comanda o ex-partido de Bolsonaro, e o advogado Ademar Rigueira.

Rueda admite a aproximação com o PSDB e diz que 2020 está na porta. O neotucano Gustavo Bebiani, aliás, foi convidado mas não pôde ir.

Proximidade 2

O líder do Cidadania, deputado Daniel Coelho, passou na ‘confra’, um sunset em um museu que reuniu profissionais de oito unidades do escritório de advocacia de Rueda no Brasil.

À mesa

Três pré-candidatos do PT a prefeito de SP – Alexandre Padilha, Eduardo Suplicy e Jilmar Tatto –, jogaram futebol com Lula, domingo, em Guararema. Mas à mesa com o ex-presidente, no almoço após a pelada, só Wellington Dias, do Piauí, por quem Lula – que o chama de “índio” –, não esconde predileção, entre os governadores.

Já Haddad não ficou para o almoço. Nem Chico Buarque... Revelação no quesito preparo físico, o cantor saiu logo após a partida, com a mulher, Carol Proner.

Reforço

A Pinacoteca incorporou novas doações a seu acervo, doadas por colecionadores privados. Um bordado de Rosana Paulino, uma performance de Élle de Bernadini, e pinturas de Lula Cardoso Ayres e Helios Seelinger, além de um trabalho histórico de Arthur Barrio.

POLAROID

Primeira capa da Vogue de 2020, Isis Valverde falou à revista sobre a sexualização da foto em que aparece amamentando o filho, Rael. “Amamentação é para ser idolatrada. É um ato de amor, de doação, de cuidado. Jamais deveria ser sexualizada, como fizeram. Quando vi o absurdo acontecendo, estava sozinha, não sabia como reagir”, conta.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

MAN - O perdão de Bolsonaro

Presidente extingue penas de crimes sem intenção de policiais militares BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem decreto que concedeu indulto de Natal a agentes de segurança pública que tenham sido condenados por “excesso culposo” ou outros crimes culposos (sem intenção), desde que tenham cumprido um sexto da pena. A regra só vale para quem cometeu o ato “no exercício da função ou em decorrência dela” e o decreto tem uma lista de crimes que não podem ser perdoados. Também serão beneficiados militares das Forças Armadas empregados em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que tenham sido condenados pelo crime de “excesso culposo”.

Policiais federais, rodoviários, civis e militares; bombeiros, guardas municipais, agentes penitenciários, agentes de trânsito e guardas portuários estão entre as categorias atendidas.

O texto deve ser publicado hoje no Diário Oficial. A oposição já avisou que deve ir à Justiça contra a medida.

Antes de tomar posse, Bolsonaro declarou que não haveria mais o indulto de Natal. Ele mudou de ideia, porém, quando decidiu usar a medida para beneficiar policiais e militares, que formam sua base política desde os tempos de deputado federal. É a primeira vez desde a redemocratização que um decreto de indulto nomina categorias beneficiadas, uma vez que o conceito da medida é humanitário e busca a impessoalidade.

O GLOBO teve acesso a uma versão do texto debatida ontem com Bolsonaro que divide o indulto entre “humanitário”, “para os agentes de segurança pública” e “para militares”. Nos dois primeiros casos, está proibida a concessão do benefício para aqueles que tiverem cometido 38 tipos de delitos, entre os quais crimes hediondos, homicídio praticado por grupo de extermínio, tortura, homicídio qualificado, latrocínio e estupro. As vedações também incluem corrupção ativa e passiva, tráfico, organização criminosa, posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, lavagem de dinheiro, terrorismo, crimes sexuais, entre outros.

No caso dos militares das Forças Armadas, além das 38 vedações, acrescentam-se mais tipificações específicas da carreira, como crimes contra a segurança externa do país, contra a autoridade ou disciplina militar, entre outras.

Após a publicação do indulto pelo presidente, a concessão do benefício não é automática. A defesa do condenado precisa entrar com um pedido endereçado ao juiz responsável pela execução da sua pena, pedindo que ele ganhe o indulto. O magistrado avalia se o caso se enquadra nas regras do decreto presidencial para decidir se concede ou não o perdão.

A medida, no entanto, não beneficiará agentes de segurança envolvidos em casos rumorosos, como a morte da menina Ágatha Félix, de 8 anos, no Complexo do Alemão, e do músico Evaldo Rosa, cujo carro foi atingido por mais de 80 tiros. Em ambos os casos, os acusados de envolvimento nos crimes respondem por homicídio doloso, e não culposo. Nos dois episódios, o entendimento dos ministérios públicos do Rio e Federal

foi que os agentes não agiram em legítima defesa, como alegaram. O PM acusado de matar Ágatha e os militares que respondem pela morte de Evaldo estão em liberdade.

O indulto também não vai beneficiar agentes já condenados por crimes dolosos, caso do ex-policial militar Márcio José Watterlor Alves, que recebeu pena de 21 anos de prisão pelo homicídio da menina Haíssa Vargas Motta, de 22 anos. Na ocasião, a jovem estava em um carro com amigos, em Nilópolis, na Baixada Fluminense, quando o PM atirou 12 vezes contra o automóvel. O grupo voltava de uma festa, e o carro foi confundido com o de criminosos. Nas principais ações sobre agentes de segurança que alegam ter se confundido ao atirar e matar um inocente, o crime pelo qual respondem é doloso.

NA JUSTIÇA

A oposição pretende contestar o indulto de Bolsonaro na Justiça.

— Vamos ver quais as possibilidades jurídicas. Ele (Bolsonaro) não escuta jurista, especialista, está fazendo pela lógica do excludente de ilicitude, que já foi rejeitado pelo Congresso — disse o deputado Ivan Valente (PSOL-SP). — Ele está violando uma regra para mandar um recado de que é sempre uma injustiça prender alguém que reprimiu.

No texto, há ainda quatro proibições a todos os atingidos pelo decreto: não podem ter sofrido sanção aplicada por infração disciplinar de natureza grave nos 12 meses anteriores ao indulto; ter sido incluído no regime disciplinar diferenciado; ter passado pelo Sistema Penitenciário Federal, a não ser por interesse do próprio preso; ou ter descumprido condições da prisão domiciliar.

Segundo material divulgado pelo Planalto, o texto também cria a hipótese de conceder o perdão da pena para policiais em folga, desde que tenham atuado para eliminar o risco contra si ou outra pessoa. O governo justifica este trecho “pelo risco inerente à profissão, que os expõem constantemente ao perigo, e pelo fato de possuírem o dever de agir para evitar crimes mesmo quando estão fora do serviço”. O texto foi construído em conjunto pelo Ministério da Justiça e o Planalto.

Eleitorado cativo tem tinta na caneta
EDUARDO BRESCIANI
BRASÍLIA

Com o decreto que cria uma categoria de indulto exclusiva para agentes de segurança e militares, o presidente Jair Bolsonaro conclui seu primeiro ano no Palácio do Planalto com mais uma medida voltada para a base eleitoral que o acompanha desde os tempos de deputado federal.

A utilização de sua caneta para privilegiar o eleitorado cativo é uma prática que ocorre desde o início do ano. Ainda em janeiro ele tentou promover um “libera geral” no comércio de armas, outra bandeira da sua época de parlamento.

Durante 28 anos como deputado, Bolsonaro conseguiu a aprovação de apenas dois projetos, nenhum da área de segurança. No Planalto, viu a possibilidade de tentar beneficiar seu público fiel sozinho, mas, no caso das armas, foi barrado pelo Congresso e pelo Supremo, forçado a sucessivos recuos.

AS MUDANÇAS DO INDULTO

Sarney

O primeiro indulto presidencial de José Sarney foi concedido em maio de 1988, antes da conclusão dos trabalhos da Assembleia Constituinte. A medida beneficiava presos condenados a até quatro anos de reclusão que tivessem cumprido um terço da pena.

O indulto do governo Sarney excluiu condenados por crimes como estupro e atentado violento ao pudor, roubo, formação de quadrilha, sequestro e sonegação fiscal, entre outros.

Collor

O governo de Fernando Collor de Mello passou a conceder indultos presidenciais tendo o dia 25 de dezembro como referência, o que reforçou sua classificação como “indultos de Natal”.

Assim como o indulto do governo Sarney, o primeiro decreto de Collor beneficiou condenados a penas de até quatro anos que cumpriram um terço da pena. Foram excluídos presos por crimes hediondos, além dos condenados por crimes como extorsão.

Fernando Henrique

No primeiro mandato do governo FH, o indulto presidencial passou a beneficiar presos condenados a penas de até seis anos de reclusão que já haviam cumprido um terço da pena.

No segundo mandato do tucano, o teto da pena para o benefício retornou inicialmente ao patamar de quatro anos. Em 2001, no entanto, foi retomada a baliza de seis anos, desde que o preso já tivesse cumprido um terço da pena.

Lula

Em seu primeiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve o parâmetro de conceder o indulto presidencial a presos condenados a penas de até seis anos de reclusão.

No segundo mandato, o perdão passou a ser concedido a presos com penas de até oito anos. O decreto de 2007 excluiu condenados por crimes de tortura, terrorismo, tráfico de drogas ou crimes hediondos, além dos previstos no Código Penal Militar.

Dilma

O primeiro indulto concedido pela presidente Dilma Rousseff manteve o parâmetro até oito anos de prisão, mas abriu também o perdão a condenados a até doze anos de detenção, desde que seguissem critérios como prestação de trabalho externo ou estivessem cursando o ensino fundamental, médio ou superior.

Dilma também trouxe a previsão do indulto para homens e mulheres que tivessem filhos menores ou portadores de deficiência.

Temer

No primeiro ano do governo de Michel Temer, o indulto alcançou presos condenados a penas de até doze anos que tivessem cumprido ao menos um quarto do tempo de detenção.

No segundo ano, Temer concedeu o indulto a presos que tivessem cumprido um quinto da pena, sem estabelecer um limite para o total da condenação. A extensão deste decreto foi contestada pela Procuradoria-Geral da República no Supremo Tribunal Federal. No caso do indulto, mais uma vez a tinta da sua caneta pode ser contestada.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

COL - Ancelmo Gois

O PIB das favelas

Veja o poder de compra das dez maiores favelas brasileiras espalhadas por sete estados do país: no setor de alimentação são R\$27 bi; artigos de limpeza, R\$1,3 bi; calçados, R\$ 2,4 bi; eletrodomésticos, R\$4,5 bi; medicamentos, R\$ 6,4bi; material de construção, R\$8 bi;e educação, R\$1,6 bi. O estudo é do Outdoor Social para a campanha #BrasilReal.

Não era para diminuir?

Enquanto não vem a abertura do mercado do gás, prometida pelo governo federal em julho, com o propósito de reduzir o preço em até 40%, a Petrobras faz a festa. Segundo o consultor Adriano Pires, as distribuidoras de gás do Centro Sul e do Nordeste fizeram uma chamada pública para comprar o produto para 2020 e 2021. Só apareceu a estatal oferecendo um preço 20% maior.

Novos tempos, novas regras

O STJ julga, em 2020, um caso polêmico sobre adoção. É que a lei brasileira diz que tem que existir uma diferença mínima de 16 anos entre o adotante e o adotado. A ideia, agora, é relativizar essa diferença de idade. A decisão criará jurisprudência.

Paquetá sofre

A CCR Barcas decidiu alterar o cronograma de viagens que chegam ou saem da Ilha de Paquetá. Em certos horários o trajeto passará de 50 minutos de duração para 1h40 (vai parar em Cocotá antes de chegar ao destino). Também haverá a redução do número de viagens.

Afasta de mim esse cálice

Um bicheiro tentou se aproximar sem sucesso da querida União da Ilha, uma das poucas escolas de samba que não é ligada à contravenção.

Ninho do Urubu

O Flamengo depositou, no último dia 13, a pensão mensal de R\$ 10 mil a famílias dos jovens que morreram no incêndio em um dos dormitórios do Ninho do Urubu, em fevereiro. No dia 5, como se sabe, a Justiça estabeleceu o pagamento até que sejam firmadas as indenizações. O clube recorreu. Mas a Justiça negou o recurso e manteve o direito à pensão.

MISS PASSISTA

A Viradouro vai promover um concurso pra escolher a mais bela passista entre as escolas do Grupo Especial carioca. O “Que Beleza! 2020” será 25 de janeiro, na quadra da escola, em Niterói. Cada agremiação pode indicar até duas representantes.

Alfredinho vive

Sabe o Bip-Bip, aquele bar de 18m² no coração de Copacabana, que o dono, o nosso querido Alfredinho, faleceu este ano? Pois é. Vai servir hoje, véspera de Natal, a tradicional ceia para os moradores em situação de rua do bairro, mesmo sem o ex-proprietário. E olha que chegam a ser servidos cerca de 300 refeições. O boteco tem sido é tocado pelo argentino Matias, por fregueses e amigos. Viva a tradição!

Por falar em ceia...

Um dos maiores chefs de cozinha do país, o franco-carioca Claude Troisgros encomendou sua ceia de Natal a Emerson Pedrosa, do pequeno Bar Kalango, na Praça da Bandeira.

Los Hermanos

O destino internacional predileto dos cariocas é... Buenos Aires. A capital Argentina ocupa a liderança, passando Lisboa, Orlando, Santiago e Miami. O levantamento é do Decolar.

No mais...

Tolerância não significa aceitar o que se tolera. Mas entender e respeitar as diferenças. Feliz Natal!

No meio do caminho há... um Saramago

Frases de José Saramago (1922-2010), Nobel de Literatura, estampam as paredes do Hospital do Fundão, da UFRJ. São pensamentos como “Dentro de nós há uma coisa que não tem nome, essa coisa é o que somos” (foto), extraídos de “Ensaio sobre a cegueira”, obra-prima do autor, lançada em 1995. A iniciativa é de alunos de arquitetura e do projeto “Arte na veia”.

ZONA FRANCA

A LIGHT informou que a falta de luz no Parque Nacional da Tijuca, especificamente em restaurantes do parque, deve-se a problemas internos dos clientes.

MÚSICA no Museu encerrou a temporada 2019 realizando 326 concertos gratuitos e um público de mais de 50 mil espectadores.

CARLOS Lupi homenageou o cientista político Everton Gomes na Fundação Leonel Brizola.

O DF STAR acaba de receber o nível diamante de Acreditação Internacional Qmentum, que é o grau mais elevado que uma instituição de saúde pode receber.

QUERIDO PAPAÍ NOEL...

DEPOIS DE MAIS UM ANO AFETADO PELO IMENSO DESALENTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO, SÓ APELANDO POR DIAS MELHORES. É O QUE FAZ A COLUNA AO PEDIR A ALGUNS COLEGUINHAS QUE MANDEM SEUS RECADOS A PAPAÍ NOEL

ALUIZIO MARANHÃO

“Pedem-se alguns bens escassos: tolerância, bom humor, civilidade. Melhoria da educação pública básica, bem como do sistema de saúde, onde, no Rio, ocorrem cenas deploráveis diante de governantes inertes. Enfim, coisas essenciais. Não é pedir muito”

ANA MARIA MACHADO

“Enquanto o gelo do Polo Norte não derrete e Papai Noel ainda tem renas e pinheiros, é bom ele distribuir fartas doses de sensatez, para que a emergência climática seja encarada com a seriedade necessária à sobrevivência de todos nós”

ASCÂNIO SELEME

“Caro Papai Noel, quero um Rio mais bonito, mais saudável, mais limpo, mais alegre. Um Rio mais Rio. Ajude-me, Papai Noel, sem pressa. Posso esperar até outubro”

BERNARDO MELLO FRANCO

“Que as eleições municipais sirvam para discutir os inúmeros problemas das nossas cidades — e não o kit gay, a mamadeira erótica, a ameaça do comunismo e outras cascatas que desviaram a atenção em 2018”

CORA RÓNAI

“Eu queria que os animais com quem dividimos o planeta fossem tratados com mais humanidade. Ou melhor: com mais bondade e respeito. "Humanidade", eles encontram todos os dias, e é medonho”

FLÁVIA OLIVEIRA

“Que nossas crianças e jovens fiquem vivos; nossas árvores, de pé; nossos terreiros, íntegros; nossas encostas, firmes; nossas cidades, acolhedoras. Livrai-nos, Noel, da brutalidade”

LAURO JARDIM

“Desejo que Papai Noel nos dê um ano com menos golden shower e mais crescimento econômico e bom senso”

MERVAL PEREIRA

“Que o país não se acostume à segunda divisão. Resistir à decadência é preciso”

MÍRIAM LEITÃO

“Querido Papai Noel, peço uma caixa de palavras novas para definir a pessoa que comete atos absurdos e revoltantes. Gastei todas em 2019. Minha indignação continua aumentando. Estou sem palavras”

PATRÍCIA KOGUT

“Querido Papai Noel, por favor, traga para o Brasil saúde, educação, cultura e os valores da civilização. E, para os cariocas, motivos para recuperar o bom humor que sempre foi típico da cidade. Não é pedir demais”

ZUENIR VENTURA

“Que passe a constar de nossa Constituição como artigo primeiro: é considerado crime grave deixar um paciente morrer estirado numa maca, no corredor de um hospital, por falta de atendimento médico”

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

MAN - Projeto prevê uso de verba pública para salvar bancos

Governo propõe uso de recursos públicos, em último caso, para resgate

BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO

O governo propõe em projeto enviado ontem ao Congresso que dinheiro público possa ser destinado ao socorro de bancos, o que hoje é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A injeção, porém, só seria feita após o uso de recursos de acionistas e investidores, para evitar contágio do sistema financeiro.

O governo encaminhou ontem ao Congresso Nacional projeto de lei que prevê o uso de recursos públicos para o resgate de bancos em situação de crise grave. O texto atualiza o marco legal de intervenção e liquidação de instituições financeiras e permite ou so de dinheiro do contribuinte como última instância de resgate, ou seja, depois de esgotadas as demais fontes, passando por acionistas e investidores. Hoje, o uso de recursos do Tesouro Nacional em situações do tipo é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A LRF prevê, no entanto, a criação de uma lei específica em resposta a uma situação de urgência. A notícia do envio do projeto de lei teve impacto positivo sobre as ações de bancos, o que contribuiu para que o Ibovespa, índice de referência dos investidores, fechasse em alta de 0,64%, no patamar recorde de 115.863 pontos.

Para passar a valer, a proposta terá que ser analisada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, para só então ser sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro. Como se trata de um projeto de lei complementar (PLC), o texto precisa de maioria absoluta dos parlamentares para passar, isto é, 257 deputados e 41 senadores.

A proposta do BC cria dois regimes: o de estabilização e o de liquidação compulsória. O regime de estabilização é voltado para instituições que, caso entrem em crise, representem risco sistêmico ou seja, contaminem várias outras instituições financeiras e coloquem o sistema em risco. Na prática, isso diz respeito aos maiores bancos do país.

Pelo regime de estabilização, os recursos dos controladores e acionistas do banco em crise serão usados para cobrir o prejuízo e recapitalizar a instituição para que volte a operar. Caso não sejam suficientes para estancar a crise, entram em jogo os recursos de investidores subordinados, que aplicaram em papéis atrelados ao capital do banco e estão cientes do risco de assumir perdas em caso de insolvência.

Esse regime estabelece a criação do fundo de resolução financeira, uma espécie de Fundo Garantidor de Crédito dos bancos. Com contribuições frequentes do próprio sistema financeiro, ele seria acionado em caso de crise. O tamanho do fundo ficará a critério dos próprios bancos, e demandará aprovação do BC.

PADRÃO APÓS CRISE DE 2008

Em situações em que os recursos dos acionistas, dos investidores e dos fundos de resolução não sejam capazes de resgatar a instituição em crise, o governo coloca recursos públicos para financiar esse fundo. Pela proposta, o governo é o primeiro a ser reembolsado em caso de recuperação da instituição. Caso nenhuma das soluções anteriores tenha sido efetiva, a União pode emprestar recursos diretamente para a instituição financeira.

Segundo o chefe do Departamento de Resolução e Ação Sancionadora do BC, Climério Leite Pereira, o objetivo é reduzir os impactos de uma crise numa instituição em todo o sistema financeiro.

—O regime de estabilização é voltado para instituições de importância sistêmica, que não podem ser simplesmente paralisadas, ser fechadas, liquidadas do dia para a noite, sob risco de propagação, contágio e efeitos na economia real —explicou.

O assunto vem sendo estudado pelo BC há cerca de 15 anos, e atualiza a legislação em vigor, de 1974. Segundo a autoridade monetária, o novo padrão já é adotado pelas economias mais avançadas depois da crise de 2008. Isso ajudará o país a cumprir compromissos assumidos no âmbito do G-20, grupo das maiores economias do mundo.

Hoje, o regime de intervenção em instituições financeiras bloqueia automaticamente depósitos, e impede que o cliente saque recursos até o desfecho da situação. Pelo regime proposto, a instituição pode continuar a prestar serviços enquanto não se soluciona a crise. Para isso, o projeto cria a figura do “banco-ponte” — uma instituição financeira nova, em caráter transitório, para dar continuidade às atividades da empresa em crise.

A figura do “banco-ponte” e o escalonamento do pagamento dos recursos de resgate não

constam da legislação atual. Para o BC, a proposta traz sistema de governança claro.

Já o regime de liquidação compulsória equivale à atual liquidação extrajudicial, ou seja, retira a instituição do Sistema Financeiro Nacional. Segundo o BC, o novo modelo é mais ágil e se aplica a instituições menores, que não ofereçam risco sistêmico. Nesse caso, o projeto de lei permite que a própria assembleia de credores aprove alternativas para pagamento das dívidas.

Para a economista Margarida Gutierrez, professora de macroeconomia do Coppead/UFRJ, a medida do BC vai na direção correta.

— Esse mecanismo não seria usado de qualquer maneira, mas em casos extremos e para evitar risco sistêmico causado pela insolvência de um banco. Foi bastante usado nos EUA e na Europa para conter efeitos da crise pós-2008.

O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, pontua que o projeto ainda é vago sobre os gatilhos para acionara salvação.

—O governo mira garantir a estabilidade do sistema financeiro no longo prazo, e não resolver alguma crise pontual — disse Velloso, que avalia a regulação dos bancos brasileiros como forte o bastante para minimizar risco sistêmico.

A Febraban, federação dos bancos, não comentou o tema.

O que o projeto propõe

> Regime de estabilização

Cria um mecanismo de intervenção em etapas para o caso de crises em grandes instituições financeiras, que tenham potencial de oferecer risco ao Sistema Financeiro Nacional.

> Controladores e acionistas O capital dos controladores e dos acionistas da instituição é a primeira resposta aos prejuízos, que deverão ser cobertos preferencialmente com recursos privados.

> Investidores

Caso os recursos de controladores e acionistas não sejam suficientes, serão usadas dívidas subordinadas. São títulos atrelados ao capital de bancos comprados por investidores. > Fundo de resolução

Tipo de fundo garantidor de crédito, alimentado pelas instituições financeiras, para responder a crises.

> Recurso público

O governo poderá fazer aportes nos fundos de resolução. Num segundo momento, a União poderá aportar recursos na instituição financeira. > Banco-ponte

A proposta permite uma reorganização societária da instituição em crise e cria o banco-ponte, espécie de banco de transição para dar continuidade às atividades.

> Regime de liquidação compulsória

Equivalente ao mecanismo de liquidação extrajudicial, retira do Sistema Financeiro Nacional instituições que quebraram, de forma mais ágil. Foco está em instituições de menor porte.

> Credores no comando

O regime cria possibilidades para que a assembleia de credores aprove ações para pagar dívidas.

topo ↕

O GLOBO - RJ - MÍRIAM LEITÃO COL - Miriam Leitão

A busca de valores na noite especial

MÍRIAM LEITÃO

Paz, perdão, empatia. Inúmeras palavras são harmônicas com as ideias que Jesus Cristo demonstrou na prática na sua vida, segundo o registro dos Evangelhos e dos textos dos apóstolos. A arma não faz parte desse conjunto, ela distoa. Quando se tenta pôr numa mesma proposta Cristo e armas a dissonância é completa. Quem o faz distorce a mensagem que está no Novo Testamento. A figura fascinante de Jesus está ligada à superação de preconceitos: salvar a mulher do apedrejamento, falar com a estrangeira, perdoar, no último suspiro, quem tinha feito uma trajetória de vida oposta à dele.

Existe a fé, e existe o entendimento. A fé pertence a cada um e só a pessoa sabe de sua existência, e os que não a têm merecem o mesmo respeito. A questão é íntima, delicada. A fé é inefável, excede a todo o entendimento, como eu ouvia na minha casa paterna. O entendimento, e não a fé, é a matéria dessa coluna. Ele deve ser buscado como forma de evitar os enganos e os usos indevidos dos valores que cada pessoa carrega.

Tive uma educação protestante, como os que me conhecem sabem. Meu pai era pastor presbiteriano, então na minha casa lia-se a Bíblia com frequência e falava-se dela com intimidade. Um dos princípios caros aos herdeiros da reforma era a separação entre Igreja e Estado. Na doutrina, a mistura é vista como um terreno pantanoso. Como meu pai Uriel era, ao mesmo tempo, diretor de um colégio e o pastor da igreja em Caratinga, Minas Gerais, ele praticava no cotidiano essa separação. O colégio era absolutamente laico, como ele acreditava que deveria ser o Estado. O Estado laico era estudado nas salas de aula como um dos avanços importantes da história humana. Da mesma forma separavam-se ciência e religião.

Quando nasci, os que se definiam como protestantes no Censo eram uma ínfima minoria. Ser diferente da maioria aumentava o sentimento de que tínhamos que entender o outro. Lembro de uma brincadeira de infância com várias amigas na porta da minha casa. Passou o monsenhor e todas as meninas beijaram sua mão. Eu não. Elas explicaram que eu era diferente, não era católica. Respeitar as diferenças era ser respeitado. Hoje o IBGE reúne na categoria “evangélicos” inúmeras denominações. Em muitas delas não se reconhecem os valores defendidos no princípio daquele Movimento, nas 95 teses afixadas por Lutero na porta da igreja de Wittenberg. O cisma de 1517

marcou o fim do comércio do perdão. Ele passou a ser entendido como graça e não mercadoria pela qual se deveria pagar. Isso refletiu-se na própria Igreja Católica.

Havia também a ideia da simplicidade, da relação direta com Deus, do perdão obtido não por confissão ao sacerdote e penitência imposta por ele, mas pela oração sincera e direta. O esforço dos líderes daquela vertente do cristianismo, nascida no fim da Idade Média, era de que cada um entendesse a doutrina lendo a Bíblia e por isso o movimento protestante é parte da explicação do esforço de alfabetização da Europa. Essa ideia já estava em Jan Huss, na Boêmia, cem anos antes. Huss havia sido reitor da Universidade de Praga e era padre. Foi queimado como herege. A tese de que cada indivíduo deveria ele mesmo compreender os textos sagrados permitia o empoderamento do fiel, que não tinha mais que aceitar de forma acrítica a palavra dos sacerdotes. Nas escolas dominicais que frequentei falava-se sobre o contexto de cada trecho da Bíblia. O “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”, a propósito, sempre foi conhecer a Jesus. A leitura do capítulo 8 de João mostra que está sendo dito que Jesus é a verdade. Usar o versículo 32 como slogan político é comparar-se a Cristo. Um despropósito.

Não é preciso ser cristão, nem deixar de ser ateu ou agnóstico para entender que o relato feito da vida de Cristo nos evangelhos traz como mensagem fundante a paz e o desarmamento de espíritos. O único momento em que Jesus se enfurece é exatamente quando se depara com a mistura entre fé e comércio. Ele mostrou repulsa aos “vendilhões do templo”.

Que o Natal de cada pessoa, de cada família, seja cheio desses valores iniciais do cristianismo. Em um tempo de conflitos e divisões, em que o ódio se espalha em rede, que seja momento de pensar nesses fundamentos. Uma noite de paz. Feliz Natal.

Não é preciso ser cristão para saber que o relato da vida de Cristo nos Evangelhos traz como mensagem fundante a paz e o desarmamento de espíritos

BUZZFEED - TEMPO REAL

Corte nas verbas para bolsas de estudo em 2020 chega a 21%

O Ministério da Educação disse que não se pronunciaria sobre os cortes de verba para as bolsas no ensino superior.

O governo promoveu um corte de 21% no Orçamento para a concessão de bolsas de estudo no ensino superior.

Neste ano foram realizados (efetivamente gastos) R\$ 2,5 bilhões para o setor. Pelo Orçamento do governo para 2020, que foi aprovado pelo Congresso, a área contará com R\$ 1,9 bilhão.

Houve ainda uma queda de 36,7% na concessão de bolsas no âmbito do programa de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento das instituições do ensino superior (PROIES).

Segundo o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), relator setorial de educação no Orçamento, há ainda um edital da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** que foi lançado e precisa de R\$ 600 milhões para pode funcionar. “Não sei como eles vão fazer, se vai ter que tirar o edital da rua, pois o valor não foi contemplado no Orçamento”, disse.

O senador não soube dizer quantas bolsas seriam concedidas com os recursos, mas disse que tentará, em fevereiro, fazer um projeto para realocar recursos para a **Capes**. “Vou tentar aprovar junto ao Congresso já em fevereiro para tentar regularizar isso.”

Procurado, o Ministério da Educação informou que não se pronunciaria sobre os cortes e disse que quem responderia sobre o edital seria a **Capes**.

A **Capes**, por sua vez, não informou quantas bolsas seriam concedidas e evitou dar detalhes sobre o edital. Em nota, citou apenas o seguinte:

“O Ministério da Educação busca meios para recompor o orçamento da **Capes** para 2020 com outras ações orçamentárias. Nenhuma bolsa será cortada e todos os programas da **Capes** serão mantidos.”

topo ↕

DATAGRO - TEMPO REAL

AGRICULTURA DIGITAL PODE CONTRIBUIR PARA EXPANSÃO DA ÁREA IRRIGADA NO PAÍS, DIZ ESTUDO DA ESALQ

Estudo defende políticas públicas para aperfeiçoamento de infraestrutura de telecomunicações no campo

Um estudo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Fitotecnia, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), propõe um método multidisciplinar de análise territorial para o fortalecimento da agricultura irrigada. O estudo tem autoria de Rodrigo Fernando Maule, com orientação de Klaus Reichardt e sugere a aplicação em políticas públicas que forneçam informações úteis para orientar a tomada de decisão de gestores públicos.

Segundo o pesquisador, variáveis como área adicional disponível para irrigação e cobertura de sinais telefonia (internet) no campo foram modelados. “Os resultados mostraram que há entre 68 e 75 Mha de área com potencial para expansão da agricultura irrigada. Por outro lado, apenas 5% dos pivôs centrais existentes hoje teriam a totalidade de sua área coberta por sinal excelente de telefonia celular móvel banda larga 4G, o que facilitaria o seu pleno processo de automatização remota usando conectividade a partir desse sinal”, comenta Maule.

Nesse sentido, o pesquisador indica a necessidade de aperfeiçoar a infraestrutura. “Propomos a aplicação de modelos espaciais explícitos sobre a cobertura de sinal de telefonia móvel de banda larga (tecnologia 4G), que atualmente seria a principal forma de viabilizar de maneira ampla a conectividade e acesso à internet no meio rural. O uso de sinal de internet banda larga poderia auxiliar muito o processo de conectividade (Agro4.0, internet das coisas) nas áreas irrigadas por pivôs centrais, proporcionando facilidade para a automação dos mesmos e os benefícios desse processo”, finaliza.

A pesquisa teve apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**.

topo ↕

ESPAÇO ECOLÓGICO NO AR - TEMPO REAL

Combinação inovadora de célula-tronco e impressão 3D produz minifigados para transplante

Uma técnica inovadora, que combina células-tronco e impressão em 3D e que produz tecidos hepáticos humanos em 90 dias para serem usados em transplantes, foi

desenvolvida em pesquisa do Instituto de Biociências (IB) da USP. O método emprega células do sangue, reprogramadas para se transformarem em células-tronco, que vão se diferenciar em agrupamentos de células hepáticas, usadas nas matrizes de impressão dos tecidos hepáticos. A técnica permite produzir tecidos a partir do sangue do próprio paciente, eliminando os riscos de rejeição.

A pesquisa é descrita em artigo que acaba de ser publicado pela revista científica *Biofabrication*. “O objetivo do trabalho era avaliar uma forma de imprimir em 3D um fígado humano funcional obtido a partir de células-tronco pluripotentes induzidas, conhecidas como IPS”, afirma o pesquisador Ernesto Goulart, primeiro autor do artigo. “A inovação do estudo está no método para imprimir células hepáticas de um mesmo doador a partir de células IPS, processo que até então não havia sido descrito na literatura científica.”

O pesquisador aponta que as células hepáticas, os hepatócitos, são células epiteliais, que ficam muito próximas umas das outras. “A maioria dos métodos de bioimpressão necessita da dispersão das células em uma matriz, também chamada de biotinta, uma espécie de hidrogel”, explica. “Ao fazer essa dispersão, ocorria uma quebra de contato entre essas células.”

Durante a pesquisa, foi desenvolvido um sistema de impressão de células hepáticas em agrupamentos chamados de esferoides, mantendo o contato célula a célula. “No futuro, esse novo sistema poderá ser utilizado na produção de tecidos hepáticos sob demanda para qualquer paciente, sem risco de rejeição”, destaca Goulart.

Impressão

O processo de produção é dividido em três etapas: a produção e diferenciação de células em formatos esferoides, a incorporação dos esferoides na biotinta de alginato e a bioimpressão no equipamento 3D. “As células extraídas do sangue são reprogramadas para regredirem a um estado de células-tronco embrionárias, com o potencial de se diferenciarem em qualquer linhagem celular”, descreve o pesquisador. “Essas células se diferenciam em esferoides hepáticos, e o estudo é o primeiro a reportar a produção de tecidos hepáticos totalmente a partir de células IPS, com um método muito superior à dispersão individual de células.”

Após a impressão, os tecidos passam por um período de maturação de 18 dias até estarem prontos para uso. “Foram gerados todos os componentes necessários para formar um tecido hepático funcional, hepatócitos, células endoteliais (vasculares) e mesenquimais, obtidas a partir de um mesmo doador”, observa Goulart. “O tecido gerado é isogênico, quer dizer, quando for transplantado no doador não será rejeitado”.

De acordo com o pesquisador, a nova técnica permite imprimir em 90 dias um fígado humano em laboratório, a partir da coleta de sangue. “Essa tecnologia pode ser aplicada em escala maior facilmente”, ressalta, lembrando que “no entanto, ainda existem vários desenvolvimentos tecnológicos a serem aprimorados até os possíveis ensaios clínicos”.

A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Estudos do Genoma Humano, sediado no IB e coordenado pela professora Mayana Zatz, e teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (**Capés**) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O estudo contou com a colaboração do Laboratório Nacional de Biociências, do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas (interior de São Paulo), da Universidade de Temple (Estados Unidos) e do grupo de pesquisa do professor Silvano Raia, da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP).

topo ↕

MAXPRESSNET - NOTÍCIAS

Capés seleciona professores de inglês para curso nos EUA

A melhora na qualidade da educação brasileira está ligada à capacitação de professores. Por esse motivo, o Ministério da Educação, por meio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capés)**, vai selecionar cerca de 480 professores de língua inglesa para curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos.

A iniciativa, de cooperação internacional para formação de professores da educação básica, faz parte do Programa Desenvolvimento Profissional De Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI). O edital de seleção foi publicado nesta segunda-feira, 23 de dezembro, no Diário Oficial da União.

O PDPI, promovido em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright), vai atender professores concursados atuantes na rede pública estadual, municipal ou distrital. Além do fortalecimento das habilidades linguísticas de compreensão, fala, leitura e escrita em inglês, o curso prooverá a imersão no cotidiano da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação.

Inscrições – Os interessados podem se inscrever até o dia 14 de fevereiro por meio de formulário disponível no site www.fulbright.org.br. A seleção será baseada na verificação de documentos e no resultado do teste de proficiência. O resultado está previsto para o dia 20 de abril e as atividades acadêmicas devem ser desenvolvidas em território americano de 29 de junho a 07 de agosto de 2020.

Investimento – A seleção integra um conjunto de ações de capacitação de professores anunciado no início do mês pela **Capés**. Ao todo, a coordenação vai abrir 66 mil vagas para formação de estudantes de licenciatura e de professores que lecionam na educação básica. O investimento total é de R\$ 325 milhões.

Assessoria de Comunicação Social, com informações da **Capés**

MEC

(61) 2022-7540

imprensa@mec.gov.br

topo ↕

SURGIU - TEMPO REAL

Capés seleciona professores de inglês para curso nos Estados Unidos

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** vai selecionar até 486 professores de língua inglesa para curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos, por meio do Programa Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI).

O programa é realizado em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright) e vai atender professores de educação básica concursados que atuem na rede pública de ensino estadual, municipal ou distrital.

As inscrições são gratuitas podem ser feitas até o dia 14 de fevereiro de 2020, por meio do formulário disponível no site da Comissão Fulbright. A seleção é feita por meio de etapa documental e do resultado no teste de proficiência. São oferecidas três modalidades de curso: desenvolvimento de metodologias, aprimoramento em inglês – intermediário 2 e intermediário 1.

O resultado final está previsto para ser divulgado no dia 20 de abril. As atividades do programa serão realizadas de 29 de junho a 7 de agosto do ano que vem.

Além do fortalecimento das habilidades linguísticas de compreensão, fala, leitura e escrita em inglês, o curso promove a imersão no cotidiano da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação.

O programa cobre, entre outras despesas, passagem aérea, ajuda de custo durante a capacitação, reembolso da taxa de solicitação do visto norte-americano, alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado, taxas escolares e alimentação.

[topo](#)

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Servidor - decreto de Bolsonaro congela 20 mil cargos do MEC

A pasta comandada por Abraham Weintraub é impactada pela proibição de abertura de concurso público para diversos postos

Entre os órgãos mais afetados pelo decreto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) que extingue 27,5 mil cargos e suspende 68 cargos em concursos, está o Ministério da Educação. Ao todo, 13 órgãos serão afetados.

A pasta comandada por Abraham Weintraub (foto em destaque) é impactada pela proibição de abertura de concurso público para cargos existentes no plano de cargos técnicos e administrativos das instituições de ensino.

Na prática, a restrição atinge cerca de 20 mil cargos do MEC e de suas instituições federais de ensino, como universidades e institutos. Em julho, o Metrôpoles mostrou que em 89 instituições faltam 13,3 mil servidores, principalmente professores e técnicos.

Segundo o MEC, as despesas com pessoal nas universidades federais giram em torno de 85% dos gastos totais.

O decreto é assinado por Bolsonaro e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. O texto é de sexta-feira (20/12/2019), mas foi publicado no Diário Oficial da União

(DOU) desta segunda-feira (23/12/2019).

O decreto prevê a extinção de 14,2 mil cargos que já estão desocupados. Ainda existem 13.384 cargos ocupados que deverão ser exauridos até fevereiro de 2020.

Os cargos extintos são ligados a edição de som e imagem, técnicos da área de saúde, mestre de edificações e infraestrutura, músico-terapeuta, coreógrafo, jornalista, publicitário, entre outros.

Neste caso, o órgão mais impactado pela medida será o Ministério da Saúde. Na pasta ocorrerá a redução de 22.476 cargos, o que representa cerca de 81% do total de cargos extintos. Apenas no cargo de Agente de Saúde Pública, serão extintos 10.661 cargos.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC divulga cronograma do Prouni 2020; veja as datas

O MEC (Ministério da Educação) divulgou hoje o cronograma do Prouni (Programa Universidade Para Todos) para o primeiro semestre de 2020. O programa oferece bolsas de estudo parciais ou integrais em instituições de ensino superior particulares de todo o Brasil.

Estudantes de todo o país poderão começar a se inscrever no programa no dia 28 de janeiro. O prazo vai até as 23h59 de 31 de janeiro. Veja, abaixo, o cronograma completo:

Fies 2020: saiba tudo sobre renovação, inscrição e datas

28 de janeiro a 31 de janeiro - inscrições

4 de fevereiro - divulgação de resultados da primeira chamada

4 a 11 de fevereiro - comprovação das informações e eventual processo seletivo próprio das instituições (primeira chamada)

4 a 14 de fevereiro - registro no Sisprouni e emissão dos termos pelas instituições (primeira chamada)

18 de fevereiro - divulgação dos resultados da segunda chamada

18 a 28 de fevereiro - comprovação das informações e eventual processo seletivo próprio das instituições (segunda chamada)

18 de fevereiro a 3 de março - registro no Sisprouni e emissão dos termos pelas instituições (segunda chamada)

O Prouni é voltado para estudantes de baixa renda que não têm ensino superior. São oferecidas pelo programa bolsas de estudo para cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica em instituições privadas.

Para concorrer a uma bolsa, o candidato deve ter participado do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2019, tendo alcançado uma média igual ou superior a 450 pontos e sem zerar a prova de redação. Além disso, é preciso atender a um critério de renda familiar (até três salários mínimos por pessoa) e ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em escola particular com bolsa integral.

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

Portaria define reajuste dos parâmetros operacionais do Fundeb

Portaria Interministerial dos ministérios da Educação e da Economia reajusta os parâmetros operacionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb para o exercício de

2019. A Portaria, publicada na edição desta segunda-feira, 23, do Diário Oficial da União, reajusta o valor anual mínimo nacional por aluno de R\$ 3.238,52 para R\$ 3.440,29.

Segundo o texto, houve necessidade de revisar os parâmetros operacionais do Fundeb em razão da alteração das matrículas do Censo Escolar de 2018, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep e utilizada para a filtragem da base de dados do Fundo, em face da decisão judicial.

Ainda de acordo com a portaria, os acertos financeiros decorrentes das alterações das matrículas do Censo Escolar de 2018 deverão ser solicitados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ao Banco do Brasil e realizados no prazo de 30 dias.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

Oportunidades pelo Nordeste

Os concurren­teiros também precisam ficar atentos aos certames que ocorrem nos demais estados. No Nordeste, por exemplo, o Ministério Público do Ceará divulgou o edital do concurso para o cargo de promotor de Justiça de entrância inicial. São 44 vagas com remuneração inicial de R\$ 30.404,42.

Para concorrer ao cargo é necessário ter concluído curso de bacharelado em direito, em local reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC); ter exercido atividade jurídica por, no mínimo três anos até a data da inscrição definitiva, desempenhada exclusivamente após a conclusão do curso. Os interessados poderão se inscrever até o dia 3 de janeiro de 2020, exclusivamente via internet, no portal do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Ceb­raspe), banca organizadora do certame. O valor da taxa é de R\$ 280.

No Maranhão, o Conselho Regional de Farmácia do Maranhão (CRF/MA) tornou público o edital do novo concurso público que está ofertando 40 vagas para cargos de nível superior. A Fundação Sôusândrade de Apoio ao Desenvolvimento (FSADU) é a banca organizadora responsável pela organização e realização do certame.

As chances serão para analista administrativo, analista de tecnologia, consultor de licitações e contratos, farmacêutico consultor, farmacêutico fiscal e analista administrativo nas áreas de recursos humanos e contábil. Os aprovados exercerão jornadas de trabalho de 40 horas semanais para receberem remunerações variando de R\$ 2.508 a R\$ 5.287.

As inscrições podem ser realizadas pelo site a partir das 10h de 26 de março de 2020 até as 18h de 28 de abril de 2020. A taxa é de R\$ 100 e poderão solicitar isenção membros de família de baixa renda, inscritos no CadÚnico ou doadores de medula óssea.

Já no Rio Grande do Norte a expectativa é para o anúncio de dois concursos. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) irá lançar um novo certame público que prevê 33 vagas na área de tecnologia da informação, com remuneração variando entre R\$ 2.676,61 e R\$ 5.520,16.

A Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte (PCRN) também está autorizada a

realizar um novo concurso público. Estão confirmadas 307 vagas, sendo 41 vagas para delegado, 26 para escrivão e 240 vagas para agentes.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Fies exigirá 400 pontos na redação

Fies oferece financiamento a estudantes de baixa renda em instituições particulares de ensino

AGÊNCIA BRASIL

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) passará a exigir nota mínima de 400 pontos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Esta foi uma das mudanças aprovadas pelo Comitê Gestor do Fies. Além disso, a partir de 2021, o programa poderá ter uma redução na oferta de vagas financiadas pelo governo federal. Até então, não havia a exigência de uma nota mínima na redação do Enem, era necessário apenas não ter zerado a prova, mesmo critério usado para seleção de estudantes para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferta vagas em universidades públicas, e para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo em instituições particulares de ensino superior.

Agora, além da nota mínima na redação, continua valendo a regra de nota média mínima de 450 pontos nas provas objetivas do Enem. Ficou também mais difícil mudar de curso dentro da instituição de ensino. Agora, para serem transferidos, os estudantes beneficiados pelo Fies precisam ter resultado igual ou superior à nota de corte do curso de destino desejado. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as mudanças foram feitas para garantir “a meritocracia como base para formar profissionais ainda mais qualificados”.

REDUÇÃO DE VAGAS

O comitê gestor aprovou também a possibilidade de redução das vagas mantidas pelo governo federal, ofertadas aos estudantes em condições socioeconômicas mais vulneráveis. As vagas poderão passar de 100 mil em 2020 para 54 mil em 2021 e 2022, caso não haja alteração nos parâmetros econômicos atuais. Segundo a pasta da Educação, os valores serão revistos a cada ano, “podendo voltar a 100 mil vagas caso haja alteração nessas variáveis ou aportes do MEC”.

Por outro lado, o comitê flexibilizou as regras do P-Fies, modalidade mantida por fundos constitucionais e de desenvolvimento e por bancos privados. Agora, para contratar essa modalidade, não será mais preciso ter feito o Enem e não há mais limite de renda. Além disso, será possível contratar esse financiamento durante todo o ano e não mais apenas nos processos seletivos do Fies.

O Fies oferece financiamento a estudantes de baixa renda em instituições particulares de ensino, a juros mais baixos que os de mercado. O programa, que chegou a firmar, em 2014 mais de 732 mil contratos, sofreu uma série de mudanças e enxugamentos. O programa foi dividido, em 2018 em Fies juro zero e P-Fies.

topo ↕

JE ACONTECE - TEMPO REAL

PASSO FUNDO – Doutorado profissional em Ensino de Ciências e Matemática da UPF tem inscrições abertas

O Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade de Passo Fundo (PPGECM/UPF) inscreve para o doutorado profissional em Ensino de

Ciências e Matemática, aprovado, recentemente, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Vinculado ao Instituto de Ciências Exatas e Geociências (Iceg) da UPF, o Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática tem caráter de preparação para o exercício do magistério, com foco no aumento da qualidade do ensino e da aprendizagem, de modo a alinhar a pesquisa à prática docente. O PPGECEM tem como área de concentração “Ensino de Ciências e Matemática” e as linhas de pesquisa “Práticas educativas em ensino de Ciências e Matemática” e “Tecnologias de informação, comunicação e interação aplicadas ao ensino de Ciências e Matemática”.

Inscrição

Podem candidatar-se portadores de título de mestre, obtido em curso de mestrado recomendado pela **Capes** ou revalidado por universidade brasileira. Os candidatos egressos desses cursos que ainda não tiverem o diploma de mestre deverão apresentar documento comprobatório da conclusão dos créditos, da realização da banca de defesa e da entrega da versão final da dissertação. As inscrições para o doutorado são gratuitas e podem ser feitas até 31 de janeiro, neste link.

(<https://secure.upf.br/apps/posgraduacao/posMobile/>) No total, estão sendo oferecidas 10 vagas.

Seleção

O processo seletivo constará de duas etapas. A primeira acontece no dia 5 de fevereiro, às 9h, nas dependências do Iceg (prédio B2), com a elaboração de um texto descritivo-argumentativo referente a um tema relacionado à educação. Os aprovados nesta fase avançam para a segunda etapa, que ocorrerá mediante a análise do curriculum vitae (modelo Lattes), do memorial descritivo e pré-projeto, além de entrevista, nos dias 10 e 11 de fevereiro.

A relação dos aprovados será divulgada no site do PPGECEM

(<https://www.upf.br/ppgecem>) a partir de 14 de fevereiro. O início das aulas está previsto para o mês de março.

Mais informações sobre o PPGECEM podem ser obtidas em www.upf.br/ppgecem.

Doutorado tem como área de concentração “Ensino de Ciências e Matemática”

topo 

O DIÁRIO - TEMPO REAL

TURISMO : Turismóloga da prefeitura apresenta tese de doutorado ao secretário Estadual de Turismo

A turismóloga da Prefeitura de Tupã, Aracelis Gois Morales Rigoldi, esteve na última quarta-feira na Secretaria Estadual de Turismo, em São Paulo, onde apresentou a tese de doutorado sobre Política Pública de Turismo, que contou com apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A tese, aprovada no Programa de Pós-Graduação do curso de Administração da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), foi inicialmente apresentada à equipe executiva da Secretaria Estadual de Turismo, incluindo o secretário executivo, Marcelo Lima Costa; chefe de Gabinete, Guilherme Miranda, e o coordenador do Turismo do Estado de São Paulo, Vanilson Ficker.

Aracelis também entregou uma cópia da tese e discutiu os resultados da pesquisa com o secretário Estadual de Turismo, Vinicius Lummertz. Além de analisar minuciosamente a destinação dos recursos repassados pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DadeTur) às 70 estâncias turísticas do Estado, com objetivo de fomentar o turismo, a turismóloga também propõe um modelo de critérios para regulamentação da nova lei estadual 1.261/15 que cria o sistema de ranqueamento das estâncias turísticas.

Orientada pelo professor doutor Thel Augusto Monteiro, a turismóloga destacou que o Estado de São Paulo apresenta uma política pública de turismo diferenciada em relação aos demais estados brasileiros, onde os municípios decretados estâncias turísticas recebem anualmente recursos financeiros do DadeTur para executar ações de infraestrutura, urbanização, preservação ambiental com o objetivo de consolidar e fortalecer o turismo.

Aracelis explicou também que em 2015 o Estado apresentou uma legislação que dispõe sobre as novas condições de classificação para as estâncias turísticas e que a pesquisa propõe um modelo de critérios para aplicação do ranqueamento, pautado no desenvolvimento do turismo, tomando como referência a aplicação dos recursos provenientes do DadeTur no período de 2015 a 2018. “Vinculados ao objetivo geral foram definidos os objetivos específicos de verificar as ações voltadas para as políticas públicas de turismo do Estado de São Paulo; averiguar os pleitos e obras procedentes dos recursos do DadeTur no período 2015 a 2018, além de elencar as obras finalizadas e não finalizadas com esses recursos nesse período e analisar a importância que os gestores públicos atribuem ao conhecimento do turismo”, esclareceu.

Quanto à metodologia, Aracelis destacou que a pesquisa realizada é qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, com análise interpretativa. “O estudo conta com uma investigação dos pleitos realizados nas 70 estâncias paulistas direcionados para o turismo no período de 2015 a 2019. Por meio dos instrumentos de triangulação de análises da coleta de dados e da técnica de análise de Bardin, a tese conseguiu responder aos objetivos do estudo, embasada na pesquisa documental, nas entrevistas semiestruturadas realizadas com 13 participantes selecionados, e na observação do pesquisador”.

Segundo a turismóloga, para melhor compreensão da tese, os dados foram agrupados em duas linhas estruturais com categorias de análise. Nos resultados dos pleitos emergiram as categorias de obras finalizadas, obras em andamento e obras não iniciadas, além das subcategorias infraestrutura de acesso; infraestrutura básica urbana; infraestrutura turística; infraestrutura de apoio; atrativo natural e atrativo cultural. “Na análise das entrevistas dos selecionados surgiu as categorias pleitos para o DadeTur e ranqueamento. Os resultados evidenciam que, apesar da política pública de turismo estar direcionada para obras que fomentam o turismo, a maioria dos pleitos não está focado na atratividade turística do Estado. Assim, atingiu-se o objetivo de propor um modelo de critérios para a regulamentação da nova Lei nº 1.261 de 2015”.

Para Aracelis, o modelo é pautado na conjunção de combinação dos elementos de análise da legislação de 2015, no modelo escalonado de categorias de pleitos indutores do turismo e nos requisitos elencados. “Acreditamos que o modelo de critérios possa

contribuir com as ações da política pública de turismo do Estado de São Paulo, além de servir de reflexão e análise para gestores e pesquisadores de políticas públicas de turismo”, afirmou.

Trajetória

Segundo Aracelis, o interesse pela área de turismo surgiu ainda nos tempos do colégio, no período que realizou intercâmbio para Porto Rico, onde conheceu novos lugares, cultura, hábitos e a observação pelo turismo daquele lugar. “Após meu retorno de Porto Rico, conclui o colegial e iniciei meus estudos no curso de bacharelado em turismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Estado de Paraná”, lembrou.

Durante os anos de gra-duação na Universidade, a turismóloga foi apresentada a todas as áreas que o curso oferecia e se encantou pela área de planejamento e políticas públicas. “Realizei diversos estágios na área de hotelaria, eventos, alimentos e bebidas, mas foi no último ano, com a formação complementar no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), e com a grade escolar de um estágio de seis meses em planejamento que optei pela área de políticas públicas e turismo”.

Como estagiária da Prefeitura de Tupã no ano de 2001, Aracelis elaborou o Plano Diretor de Turismo do município para elevação da cidade à categoria de estância turística. Foi nessa época que ela se interessou por gestão pública e suas vantagens para o desenvolvimento e crescimento de uma cidade. “Ao concluir a faculdade, em 2001, fui contratada pela prefeitura para exercer o cargo de assessora de assuntos turísticos, porque na época tramitava na Assembléia Legislativa o processo para a obtenção do título de estância turística para o município de Tupã, que teve como projeto principal minha monografia desenvolvida na UEPG, conseguindo o título de estância turística de Tupã no ano de 2003”.

No ano de 2002 ela iniciou o mestrado de Cultura e Turismo na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus, com parceria da Universidade Federal da Bahia (UFBA), nos anos de 2002 a 2004, sendo bolsista da **Capes**. A partir do título de mestre (2004), ela deu início à carreira acadêmica, como docente em instituições de ensino. “Em 2005 aceitei o convite para ser secretária Municipal de Cultura e Turismo da Estância Turística de Tupã. Permaneci no cargo de 2005 a 2012, nas duas gestões do então prefeito Waldemir Gonçalves Lopes”, recordou.

Ainda no cargo de secretária Municipal de Cultura e Turismo, ela iniciou o curso de bacharelado em Administração nas faculdades Faccat de Tupã (2009 - 2012), e realizou o curso de especialização em Administração de Marketing e Propaganda na Universidade Estadual de Londrina - UEL (2010- 2011).

Na área acadêmica, Aracelis foi aprovada no concurso para professor substituto de administração da ETC de Tupã, professor substituto de turismo da Unesp de Rosana, professor efetivo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e para o cargo efetivo de turismóloga da Prefeitura de Tupã. “Em 2017, iniciei o doutorado em administração na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e comecei minha pesquisa em políticas públicas e turismo com apoio da **Capes** (bolsista). Desde então, me aprofundei nos estudos das políticas públicas e no turismo, na percepção e no entendimento do setor e sua aplicabilidade na gestão pública e na busca constante da compreensão da teoria com a prática permitida”. concluiu Aracelis.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Portaria define reajuste dos parâmetros operacionais do Fundeb

Portaria Interministerial dos ministérios da Educação e da Economia reajusta os parâmetros operacionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb para o exercício de 2019. A Portaria, publicada na edição desta segunda-feira, 23, do Diário Oficial da União, reajusta o valor anual mínimo nacional por aluno de R\$ 3.238,52 para R\$ 3.440,29.

Segundo o texto, houve necessidade de revisar os parâmetros operacionais do Fundeb em razão da alteração das matrículas do Censo Escolar de 2018, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep e utilizada para a filtragem da base de dados do Fundo, em face da decisão judicial.

Ainda de acordo com a portaria, os acertos financeiros decorrentes das alterações das matrículas do Censo Escolar de 2018 deverão ser solicitados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ao Banco do Brasil e realizados no prazo de 30 dias.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC responde por 80% do aumento de gasto com pessoal na última década Universidades públicas turbinam gastos na Educação, mostra estudo; quadro é diferente na Saúde, que perdeu servidores

BRASÍLIA - Considerados prioritários em diferentes governos e com garantia constitucional de aplicação mínima de recursos, os ministérios da Saúde e da Educação receberam tratamentos diferentes na política de pessoal da União nos últimos dez anos. Enquanto o gasto com a folha na Educação avançou na esteira de aumentos salariais e contratações, a Saúde viu seu quadro de pessoal encolher e a média da remuneração estagnar no saldo de uma década.

Dados levantados pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado mostram que o Ministério da Educação foi responsável por 79,4% do crescimento dos gastos com pessoal ativo na União nos últimos dez anos. A despesa da pasta com folha de pagamento saltou de R\$ 21 bilhões em 2008 para R\$ 48 bilhões em 2018, na esteira da expansão das universidades públicas e dos institutos federais. No mesmo período, o gasto com remunerações na Saúde caiu de R\$ 10,1 bilhões para R\$ 9,9 bilhões. Os dados estão atualizados pela inflação.

Além de refletir a disparidade de tratamento entre os dois ministérios, o cenário revelado pelo estudo da IFI serve de alerta no debate da reforma administrativa que o governo pretende apresentar ao Congresso Nacional. A intenção da área econômica é reduzir os salários iniciais e aumentar os "degraus" na carreira para se chegar à remuneração mais elevada. Para a instituição, é preciso ser cauteloso para não incorrer em "generalizações e simplificações" ao discutir a reformulação das carreiras.

"O MEC é o que mais gasta e que mais tem gente", diz Alessandro Casalecchi, analista da IFI. Ele ressalta que é preciso considerar que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), apesar de vinculada ao MEC, presta serviços para o Sistema Único de Saúde (SUS). "Em sentido contrário a Fundação Nacional de Saúde teve suas despesas de pessoal significativamente reduzidas", diz.

De acordo com o estudo, os funcionários do Ministério da Educação tinham remuneração média de R\$ 7 mil em 2008 (valor já atualizado pela inflação). Essa cifra chegou a R\$ 9,7 mil no ano passado.

Enquanto isso, no Ministério da Saúde os vencimentos e vantagens fixas eram de R\$ 5,6 mil há dez anos em média, chegaram a R\$ 7,5 mil em valores de hoje, mas sofreram desvalorização até chegar a R\$ 5,9 mil em 2018.

O aumento real de 38,2% na média dos vencimentos e vantagens fixas no MEC não foi o único fator de pressão sobre as despesas com pessoal. Em 20 anos, o ministério dobrou o número de funcionários: eram 156 mil em 1999 e passaram a 300 mil neste ano. As contratações foram focadas no ensino federal, e a maior parte delas foi de servidores estatutários, que têm estabilidade e não podem ser demitidos a qualquer momento.

Já no Ministério da Saúde, a remuneração média subiu 6,9% em uma década. Em 20 anos, a pasta perdeu 12 mil funcionários. Mesmo assim, é o segundo maior empregador da Esplanada, com 102 mil agentes públicos - 62% deles com estabilidade e os demais com outros tipos de vínculo (o que inclui médicos residentes e os integrantes do programa Mais Médicos).

Na área de segurança, o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem hoje 29 mil agentes públicos, 50% a mais do que em 1999. Nos últimos dez anos, o gasto com pessoal na pasta cresceu 9% acima da inflação, de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 6,9 bilhões.

Estatais

As empresas estatais federais triplicaram suas despesas com funcionários ativos entre 2008 e 2018, passando de R\$ 5,2 bilhões para R\$ 13,7 bilhões, segundo os dados da IFI. O estudo inclui as estatais que dependem de recursos do Tesouro para pagar suas despesas de custeio e folha, como a Embrapa, a Conab e a Valec.

Hoje, 18 empresas são formalmente dependentes do Tesouro e, por isso, estão sujeitas ao teto remuneratório federal, de R\$ 39,2 mil. No ano que vem, a Telebrás também passará a ser uma estatal dependente do Tesouro Federal - o que significa que terá de contar com recursos do orçamento para pagar sua folha e despesas de custeio.

Os dados da IFI mostram que, quando há participação do capital privado, o aumento de gastos com pessoal é mais comedido. A despesa com folha das sociedades de economia mista cresceu 75% em dez anos, passando de R\$ 1,6 bilhão em 2008 para R\$ 2,8 bilhões no ano passado.

No caso das empresas públicas, em que a União é a única acionista, a fatura triplicou. Passou de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 10,9 bilhões no mesmo período.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Portaria define reajuste dos parâmetros operacionais do Fundeb

Brasília

Portaria Interministerial dos ministérios da Educação e da Economia reajusta os parâmetros operacionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

CLIPPING



Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb para o exercício de 2019. A Portaria, publicada na edição desta segunda-feira, 23, do Diário Oficial da União, reajusta o valor anual mínimo nacional por aluno de R\$ 3.238,52 para R\$ 3.440,29.

Segundo o texto, houve necessidade de revisar os parâmetros operacionais do Fundeb em razão da alteração das matrículas do Censo Escolar de 2018, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep e utilizada para a filtragem da base de dados do Fundo, em face da decisão judicial.

Ainda de acordo com a portaria, os acertos financeiros decorrentes das alterações das matrículas do Censo Escolar de 2018 deverão ser solicitados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ao Banco do Brasil e realizados no prazo de 30 dias.

